



Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo

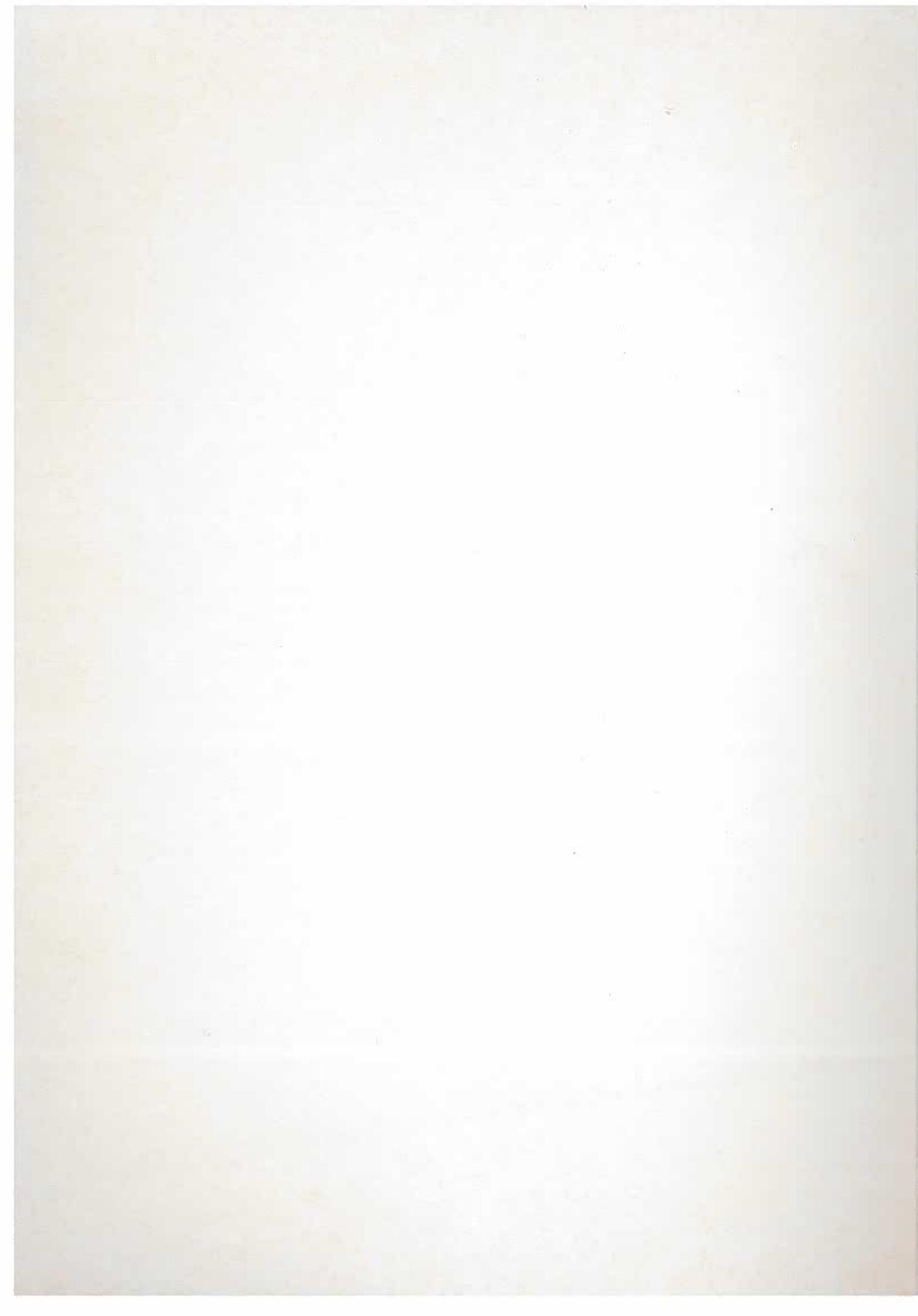
PORLVT
Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo

The logo for the Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo (PORLVT) consists of the acronym 'PORLVT' in a bold, black, sans-serif font, with a stylized green 'X' shape integrated into the letter 'V'. Below it, the full name of the program is written in a smaller, italicized, black, sans-serif font.

Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO

1998





**PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DE
LISBOA E VALE DO TEJO**

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO
1998**

THE CLOTHESLINE
BY ROBERT COLE



Q



**PROGRAMA OPERACIONAL DA REGIÃO DE
LISBOA E VALE DO TEJO**

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO
1998**

ÍNDICE

<u>1 - ENVOLVENTE SOCIO-ECONÓMICA</u>	4
<u>2 - SISTEMA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO</u>	8
<u>3 - EXECUÇÃO GLOBAL DA INTERVENÇÃO OPERACIONAL</u>	11
<u>4 - EXECUÇÃO DA INTERVENÇÃO OPERACIONAL POR SUB-PROGRAMAS E MEDIDAS</u>	15
 4.1 - SUB-PROGRAMA A: REFORÇO DA COESÃO DO TERRITÓRIO REGIONAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA	15
4.1.1 - ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA	16
4.1.2 - VALE DO TEJO	17
4.1.3 - OESTE	17
 4.2 - SUB-PROGRAMA B: ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE VALOR ESTRATÉGICO REGIONAL	18
4.2.1 - MEDIDA 1: TRANSPORTES E ACESSIBILIDADES	19
4.2.2 - MEDIDA 2: AMBIENTE	20
4.2.3 - MEDIDA 3: EQUIPAMENTOS SOCIO-ECONÓMICOS	20
 4.3 - SUB-PROGRAMA C: DINAMIZAÇÃO REGIONAL	20
4.3.1 - MEDIDA 1: PROMOÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA	22
4.3.2 - MEDIDA 2: ASSISTÊNCIA TÉCNICA	22
<u>5. EXECUÇÃO FÍSICA DA INTERVENÇÃO OPERACIONAL POR DOMÍNIOS</u>	23

5.1 - TRANSPORTES E ACESSIBILIDADES	23
5.2 - AMBIENTE E SANEAMENTO BÁSICO	25
5.3 - INFRA-ESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS	29
5.4 - ACÇÕES IMATERIAIS	33
 <u>6 - INDICAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO PREVISÍVEL EM 1999</u>	<u>35</u>
 <u>7 - AVALIAÇÃO</u>	44
7.1 - IMPACTOS NO DOMÍNIO DO AMBIENTE	48
7.2 - UM DOMÍNIO ESTRATÉGICO PARA A REGIÃO : VALTEJO	51
7.3 - PROJECTOS INOVADORES PARA A REGIÃO : ROTAS DA VINHA E DO VINHO	52
 <u>8 - ACÇÕES DE CONTROLO</u>	54
 <u>9 - INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE</u>	56
 <u>10 - RESPEITO POR OUTRAS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS</u>	58
 <u>QUADROS</u>	59
Taxas de Realização Financeira	60
Taxas de Realização Financeira Acumulada	69
Execução Financeira por Sub-Programa	78
Execução Financeira de cada Sub-Programa, por Medida	81
Projectos Aprovados	88

1 - ENVOLVENTE SOCIO-ECONÓMICA

O Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo , **PORLVT**, é uma intervenção operacional, prevista no âmbito do Eixo 4, do II Quadro Comunitário de Apoio (1994-99): Fortalecer a Base Económica Regional. Durante os 6 anos de execução do programa, prevê-se um investimento público de **560 653 mil ECUS (cerca de 111,3 milhões de contos)**, dos quais, cerca de 75%, terão origem no FEDER.

O **PORLVT** consubstancia-se em três sub-programas, que visam atingir outros tantos objectivos estratégicos:

- **Sub-Programa A : Reforço da Coesão do Território Regional e Melhoria da Qualidade de Vida** - vertente de actuação ao nível local, privilegiando os centros urbanos de média e pequena dimensão
- **Sub-Programa B : Acções de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional** - privilegiam-se as acções supra-municipais, que visem uma melhoria das acessibilidades, do ambiente e dos equipamentos sócio-económicos
- **Sub-Programa C : Dinamização Regional** - pretende valorizar-se a competitividade dos sistemas produtivos, apostando na inovação.

O **PORLVT** abrange toda a Região de Lisboa e Vale do Tejo (NUT II).

Apesar desta região representar, apenas, 13,4% da superfície total do Continente, concentrava, em 1996, 3.313.450 habitantes, o que corresponde a cerca de 35%, do total da população existente no país. A concentração de certas actividades económicas, de recursos humanos e tecnológicos mais qualificados, nesta região, é ainda superior.

A dinâmica territorial do sistema urbano da Região de Lisboa e Vale do Tejo é, em grande medida, determinada pela modelação do sistema urbano

regional. Este é dominado pela Área Metropolitana de Lisboa, que compreendia, em 1996, 2.559.510 habitantes (77,2% do valor total de residentes em toda a região).

A cidade de Lisboa emerge como a cabeça do sistema urbano regional, não só pelo facto de ser o maior aglomerado populacional do país (em 1996 concentrava 572.370 habitantes, o que representava mais de 1/5 dos residentes na AML) mas, sobretudo, pelo facto de aí se concentrarem a maioria das actividades económicas, os recursos humanos qualificados e os equipamentos e infra-estruturas.

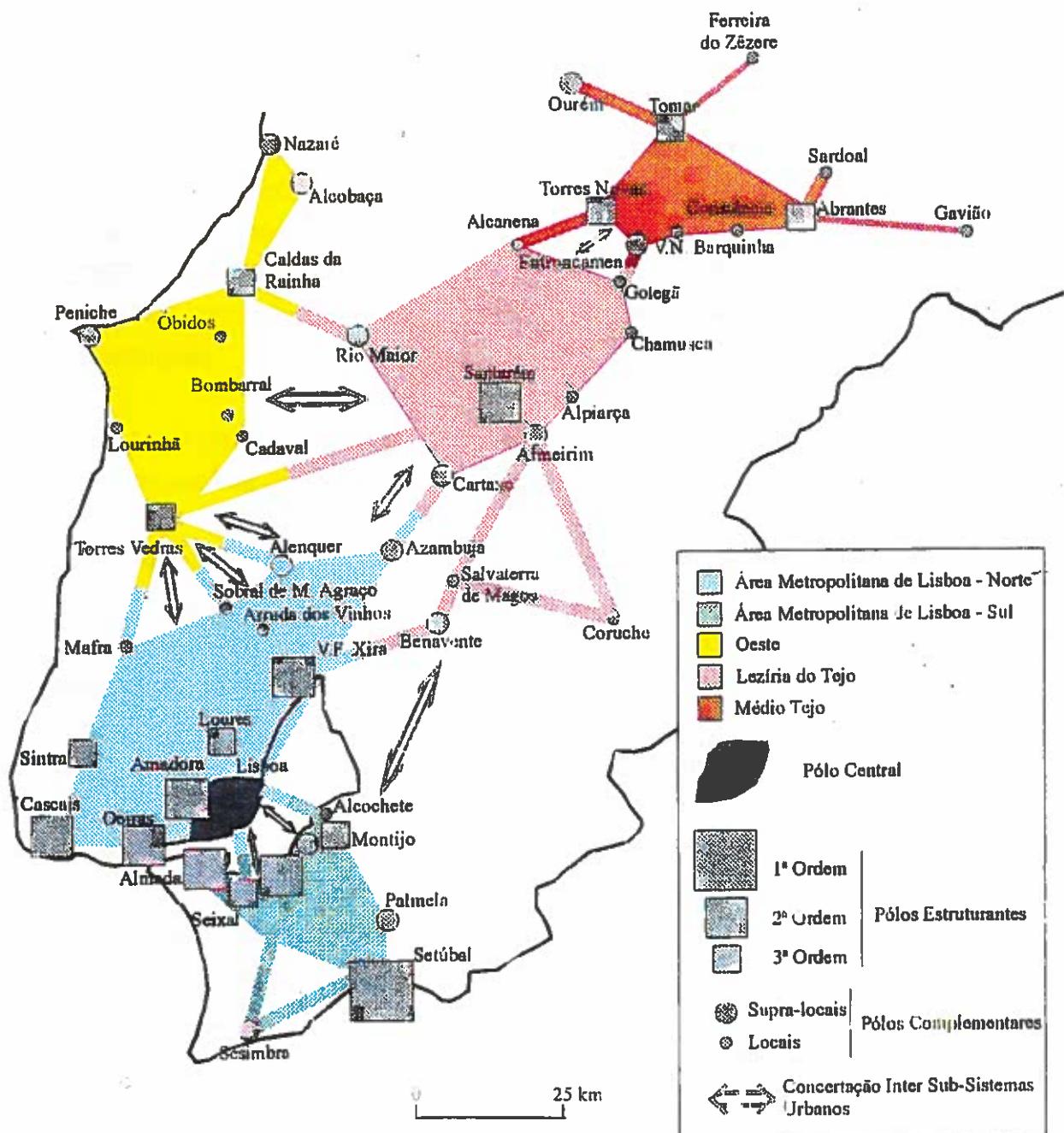
A cidade de Setúbal, com aproximadamente 100 mil habitantes, constitui o segundo nível do sistema urbano regional e apresenta-se como o principal pólo aglutinador da margem sul da AML, quer em termos administrativos quer económicos.

Fora da AML, podem distinguir-se dois sistemas urbanos sub-regionais fundamentais:

- *o sistema urbano do Oeste, com 318.260 habitantes em 1996 e baseado num modelo polinucleado, caracteriza-se por possuir uma estrutura de povoamento bastante dispersa onde, apesar de tudo, emergem cinco centros urbanos com um dinamismo assinalável (Caldas da Rainha e Torres Vedras, num primeiro nível hierárquico, e Peniche, Alcobaça e Nazaré, num segundo nível);*
- *o sistema urbano do Vale do Tejo, com 435.680 habitantes em 1996, também polinucleado, mas cuja estrutura de povoamento é mais concentrada, o que permite uma melhor definição das componentes urbana e rural da base económica (sobretudo, na Lezíria). No Vale do Tejo existem 9 centros urbanos, sedes de concelho, com o título de cidade, sendo de destacar, pelas dimensões demográficas e económicas, 4 centros/eixos urbanos (Santarém que, pelo facto de ser capital de distrito, corresponde ao*

primeiro nível e Tomar, Abrantes e o eixo Torres Novas / Entroncamento que correspondem ao nível hierárquico seguinte).

REGIÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO Sistema urbano regional



2 - SISTEMA DE GESTÃO E ACOMPANHAMENTO

O D.L. 99/94 definiu a estrutura orgânica relativa à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo de execução do Quadro Comunitário de Apoio (QCA) para as intervenções estruturais comunitárias, relativas a Portugal. O Despacho conjunto dos membros do governo, com responsabilidade no FEDER, de 3/6/94, criou as unidades de gestão dos três sub-programas do **PORLVT**, definindo, simultaneamente, as respectivas composições e competências.

A estrutura de gestão do **PORLVT** é presidida pelo Presidente da CCRLVT. A gestão específica do **PORLVT** incumbe a um Gestor, apoiado por Unidades de Gestão.

As competências do Gestor referem-se aos seguintes aspectos:

- propor a regulamentação e assegurar a organização dos processos de candidaturas ao financiamento pela intervenção respectiva;
- assegurar o cumprimento, por parte de cada projecto, das normas nacionais e comunitárias aplicáveis;
- assegurar que são cumpridas as condições de cobertura orçamental dos projectos;
- aprovar candidaturas de projectos, uma vez obtido o parecer da Unidade de Gestão;
- apreciar da conformidade dos pedidos de pagamento que sejam apresentados pelos executores dos projectos e efectuar os pagamentos;
- assegurar que seja instituído um sistema de controlo adequado a uma verificação dos processos de candidaturas e de pagamentos, conforme os normativos aplicáveis;
- elaborar o relatório de execução do Programa Operacional.

São competências das Unidades de Gestão:

- *propor aos membros do governo com responsabilidade nos fundos comunitários envolvidos a aprovação do seu regulamento interno;*
- *dar parecer sobre os projectos de decisão do Gestor relativos a candidaturas ao financiamento pelo Programa Operacional;*
- *dar parecer sobre os projectos de relatório de execução feitos pelo Gestor;*
- *acompanhar e dar parecer sobre o sistema de controlo e avaliação.*

Na sequência do artigo 31º do D.L. 99/94, o Sub-Programa A foi integralmente contratualizado com as Associações de Municípios da Lezíria e Médio Tejo, Oeste e Junta Metropolitana de Lisboa, onde se definem os direitos e obrigações das partes, no que se refere à gestão, acompanhamento, avaliação e controlo das verbas correspondentes. Durante o ano de 1998, realizaram-se diversas reuniões destas entidades, com vista à gestão deste Sub-Programa:

- *Junta Metropolitana de Lisboa : 12*
- *Associação de Municípios da Lezíria e Médio Tejo : 13*
- *Associação de Municípios do Oeste : 12*

Relativamente aos dois outros Sub-Programas, a gestão é assegurada por unidades de gestão distintas. Durante o ano de 1998, realizaram-se 4 reuniões da unidade gestora do Sub-Programa B e 4 do Sub-Programa C.

O acompanhamento específico da execução do PORLVT e a avaliação dos seus impactos socio-económicos, incumbe a uma Unidade de Acompanhamento. Durante o ano de 1998, esta Unidade realizou as 8ª e 9ª reuniões, tendo-se salientado o seguinte:

- *na 8ª reunião, realizada em 5 de Maio de 1998, fez-se uma breve exposição sobre a execução do QCA II, foi aprovado o relatório de execução do PORLVT de 1997, destacando-se a sua reprogramação financeira e*

prestaram-se diversas informações sobre a Directiva Comunitária 91/271/CEE;

- na 9ª reunião, efectuada em 14 de Outubro de 1998, actualizaram-se as informações referentes à execução do QCA II e do PORLVT, tendo, o gestor do Programa Operacional, explicitado estratégia a seguir durante o ano de 1999, assim como a preparação do QCA III.

3 - EXECUÇÃO GLOBAL DA INTERVENÇÃO OPERACIONAL

O Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo tem, como investimento total programado para o ano de 1998, o montante de 115.289 mil ECUS, sendo a totalidade deste valor imputável a despesa pública. As subvenções comunitárias previstas, com origem no FEDER, ascendem a 86.467 mil ECUS (75% do total da despesa pública programada), sendo de 28.822 mil ECUS (25%) a contribuição nacional total. Destes, 25.625 mil ECUS (22,2%) são provenientes das Autarquias Locais.

A despesa pública aprovada para o ano de 1998, pelas entidades gestoras do PORLVT, foi de 184.923 mil ECUS, o que corresponde a 160,4% da despesa pública programada para o ano, na decisão comunitária. Desde o início do programa até 31/12/98, foram aprovados 702 projectos pelas entidades gestoras.

Durante o ano de 1998, foram efectuadas as seguintes transferências financeiras:

2º adiantamento de 1998	-	26.628.000 ECUS	-	5.391.557.556\$00
saldo de 1997	-	10.842.400 ECUS	-	2.186.781.971\$00

Em Dezembro foi, ainda, solicitado o 1º adiantamento de 1999, no valor de 58.699.300 ECUS.

A despesa pública realizada e contabilizada de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 1998, foi de 98.162 mil ECUS, que corresponde a 53,0% da despesa

pública aprovada pelas entidades gestoras do programa e, a 85,1% relativamente ao programado na decisão comunitária para 1998.

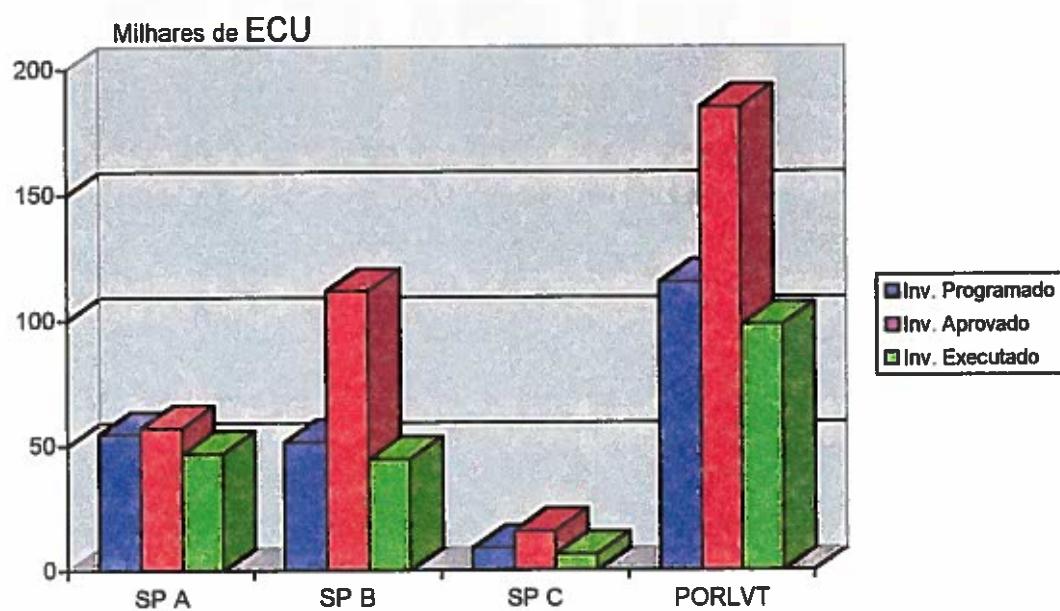
A taxa de execução da despesa pública acumulada, realizada desde o início do PORLVT e até 31 de Dezembro de 1998, era de 95,5% relativamente ao total programado na decisão comunitária para o período homólogo e, de 80,9% relativamente ao total aprovado pelas entidades gestoras do programa, no mesmo período.

À semelhança do que sucedeu para anos anteriores, durante 1998 existiram alguns entraves à execução do Programa Operacional, limitando os seus níveis de execução, tendo em conta a despesa aprovada pelas entidades gestoras:

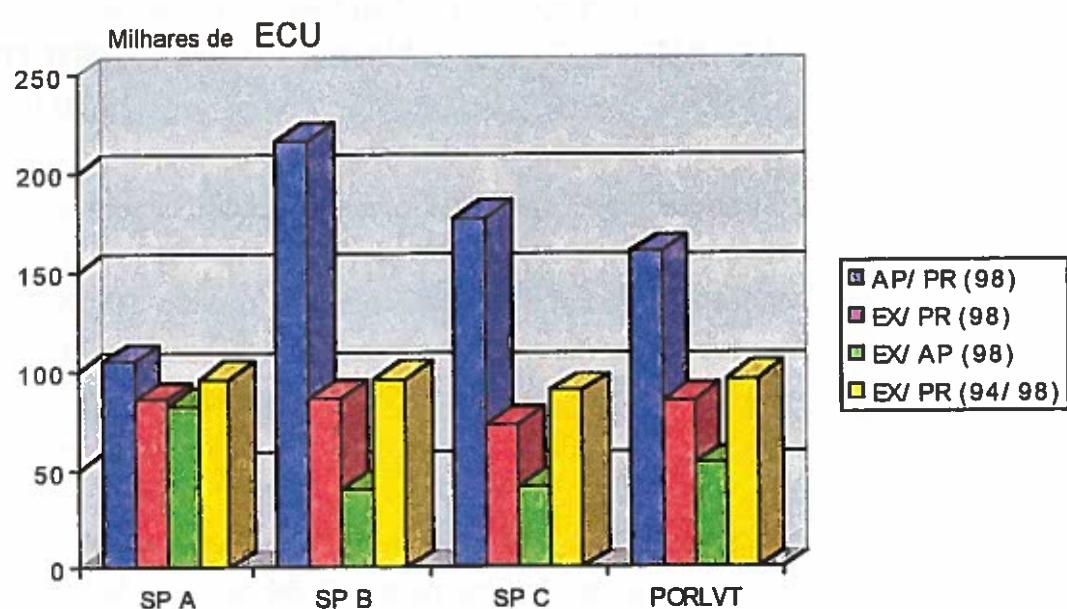
- o esforço financeiro que se exige às Câmaras Municipais é difficilmente suportável para os projectos estruturantes de grande dimensão;
- as limitações técnicas e humanas de alguns promotores, designadamente, no que se refere aos agentes e às associações de carácter não lucrativo, dificultam a obtenção de taxas de execução financeira mais elevadas, sobretudo para o Sub-Programa C;
- as grandes carências, ainda existentes, na infra-estruturação da região e as limitações orçamentais dos promotores, colocam limitações à celeridade da execução do Programa Operacional;
- as lacunas existentes ao nível do ordenamento do território e de planos de desenvolvimento integrados supra-municipais que permitam evidenciar, de uma forma explícita, as opções estratégicas de desenvolvimento estruturantes, com um âmbito regional ou sub-regional;
- deficiente articulação entre agentes e instituições na região, não estando, ainda, suficientemente consolidada, uma cultura de concertação estratégica de base territorial, que facilite a obtenção de sinergias e complementariedades entre acções;

- o processo administrativo das empreitadas e concursos públicos, ao abrigo da actual legislação, é frequentemente incompatível com o suporte humano e técnico da Administração Local.

**INVESTIMENTO PROGRAMADO, APROVADO E EXECUTADO,
POR SUB-PROGRAMA, EM 1998**



TAXA DE EXECUÇÃO DO PORLVT POR SUB-PROGRAMAS (%)



4 - EXECUÇÃO DA INTERVENÇÃO OPERACIONAL POR SUB-PROGRAMAS E MEDIDAS

4.1 - SUB-PROGRAMA A: REFORÇO DA COESÃO DO TERRITÓRIO REGIONAL E MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA

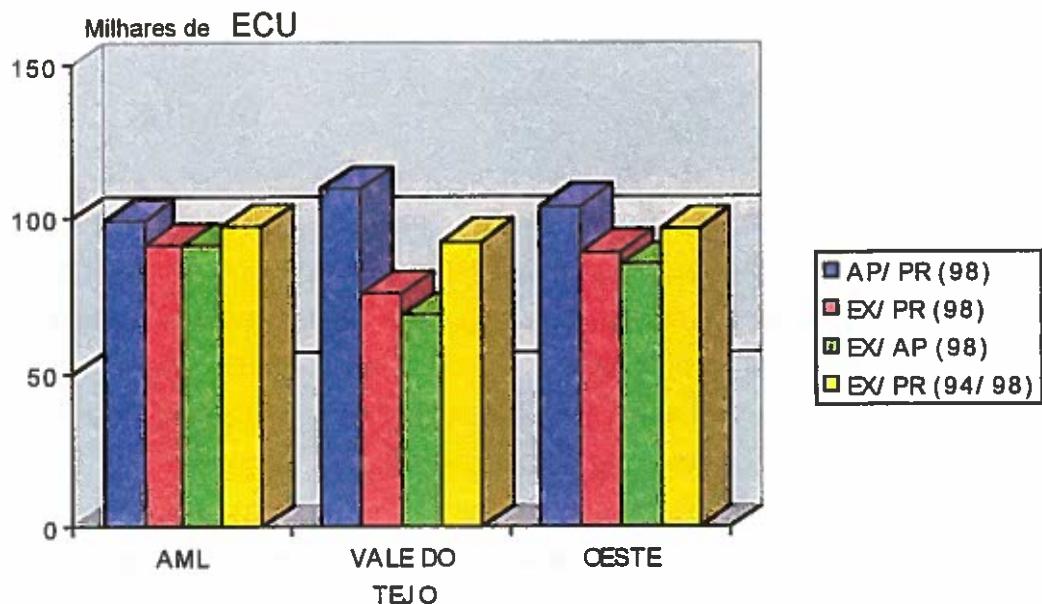
O investimento público previsto para este Sub-Programa, para o ano de 1998, é de 54.719 mil ECUS, o que representa, cerca de 47,5%, do total do PORLVT, para o mesmo ano. Contudo, o investimento aprovado pelas entidades gestoras do programa, até 31/12/98, representa, apenas, 30,9% do total aprovado (184.923 mil ECUS). Até àquela data, existiam 317 projectos aprovados.

A taxa de execução da despesa pública, desde o início do Sub-Programa até 31/12/98, era de 95,6% relativamente à programação comunitária para o período 1994/98.

O Sub-Programa A apresenta, na sua globalidade, um bom desempenho traduzido nas elevadas taxas de execução, tendo, por base, o investimento programado, quer para o ano de 1998 quer, sobretudo, para o quinquénio.

A aprovação de projectos tem decorrido conforme o delineado na contratualização com as associações de municípios, ainda que, a existência de alguns municípios sem PDM aprovado, leve a que os níveis de execução não atinjam, totalmente, os valores programados para os primeiros cinco anos de execução do PORLVT.

TAXA DE EXECUÇÃO DO SUB-PROGRAMA A POR MEDIDAS (%)



Apresentam-se, seguidamente e, de forma sintética, as taxas de execução financeira deste Sub-Programa, por sub-região de intervenção.

4.1.1 - ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

- Os montantes aprovados, entre 1/1/98 e 31/12/98, constituem 99,7% da despesa pública programada para este ano, na AML;
- Os 20.876 mil ECUS executados nos diversos projectos, ao longo do presente ano, representam 91,7% e 91,9% em relação, respectivamente, aos montantes públicos previstos na decisão comunitária e aprovados pelas entidades gestoras do Sub-Programa;

- A taxa de execução da despesa pública, desde 1/1/94 até 31/12/98, dos 67 projectos aprovados era de 97,4% relativamente à programação comunitária para o primeiro quinquénio.

4.1.2 - VALE DO TEJO

- A relação entre a despesa pública aprovada e a despesa pública programada na Comunidade, em 1998, nesta sub-região, é de 110,1%;
- Durante o presente ano, a despesa registada foi de 14.160 mil ECUS, representando 68,9% do valor aprovado e 75,9% dos montantes inicialmente previstos pelas instâncias comunitárias, em 1998;
- A taxa de execução da despesa pública realizada, nos 142 projectos aprovados, durante os cinco primeiros anos do Sub-Programa A, representa 92,9% dos montantes programados para o mesmo período.

4.1.3 - OESTE

- A despesa pública prevista para 1998, nos projectos aprovados, representa 104,3% da que foi programada na decisão comunitária;
- A despesa pública realizada e contabilizada nas entidades gestoras, entre 1/1/98 e 31/12/98, 11.909 mil ECUS, atingiu 89,4% da despesa pública programada e 85,7% da despesa pública aprovada, para o ano de 1998;
- Desde o início do Sub-Programa até 31/12/98, foram aprovados 108 projectos, sendo de 96,8% a taxa de execução financeira relativamente ao investimento programado para o período 1994/98.

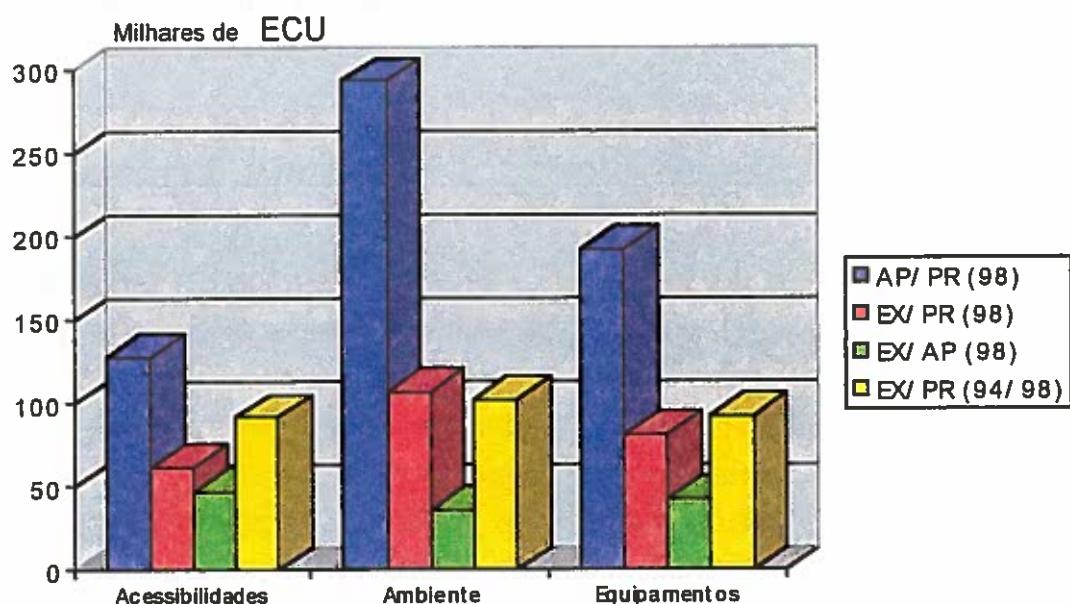
4.2 - SUB-PROGRAMA B: ACÇÕES DE DESENVOLVIMENTO DE VALOR ESTRATÉGICO REGIONAL

O investimento público previsto para este Sub-Programa, para o ano de 1998, é de 51.553 mil ECUS, o que representa, cerca de 44,7%, do total do programa para o mesmo ano. Os 162 projectos aprovados para este Sub-Programa representam 60,5% dos montantes aprovados para o Programa Operacional.

O investimento realizado, desde o início do Sub-Programa até 31/12/98, possibilitava atingir uma taxa de execução financeira de 96,2% relativamente aos montantes aprovados para os cinco primeiros anos deste Sub-Programa.

O Sub-Programa B apresenta uma elevada taxa de execução acumulada, fruto do bom desempenho das diversas medidas, assim como da prematura situação de "overbooking" da medida Transportes e Acessibilidades, dada a aprovação de projectos estruturantes, de grande dimensão, para a Região de Lisboa e Vale do Tejo.

TAXA DE EXECUÇÃO DO SUB-PROGRAMA B POR MEDIDAS (%)



Apresentam-se, seguidamente e de forma sintética, as taxas de execução financeira, por medida, do Sub-Programa B.

4.2.1 - MEDIDA 1: TRANSPORTES E ACESSIBILIDADES

- A relação entre a despesa pública, aprovada pelas entidades gestoras e a despesa pública, programada na Comunidade, em 1998, é de 128,0%;
- Durante o presente ano, a despesa registada, na medida 1 deste Sub-Programa, foi de 11.497 mil ECUS, representando 48,2% do valor aprovado pelas entidades gestoras, em 1998 e, 61,7% do montante, inicialmente previsto, pelas instâncias comunitárias para o mesmo ano;

- A taxa de execução da despesa pública realizada durante os cinco primeiros anos representava 91,9% dos montantes programados, correspondendo a 35 projectos aprovados.

4.2.2 - MEDIDA 2: AMBIENTE

- Os montantes aprovados em 1998, constituem 293,5% da despesa pública programada para a medida Ambiente;
- Os 26.085 mil ECUS executados nos 69 projectos, ao longo do presente ano, representam, respectivamente, 107,1% e 36,4% para os montantes públicos previstos pela Comunidade e aprovados pelas entidades gestoras;
- A taxa de execução acumulada da despesa pública, até 31/12/98, era de 102,3% relativamente à programação comunitária.

4.2.3 - MEDIDA 3: EQUIPAMENTOS SOCIO-ECONÓMICOS

- A despesa pública aprovada, de 1/1/98 a 31/12/98, representa 192,1% da despesa pública programada na decisão comunitária para 1998;
- A despesa pública realizada e contabilizada nas entidades gestoras, em 1998, atingiu 82,0% da despesa pública programada para 1998 e 42,6% da despesa pública aprovada;
- Desde o início do Sub-Programa, até 31/12/98, foram aprovados 58 projectos, tendo sido executados 93,0% do total da despesa pública programada.

4.3 - SUB-PROGRAMA C: DINAMIZAÇÃO REGIONAL

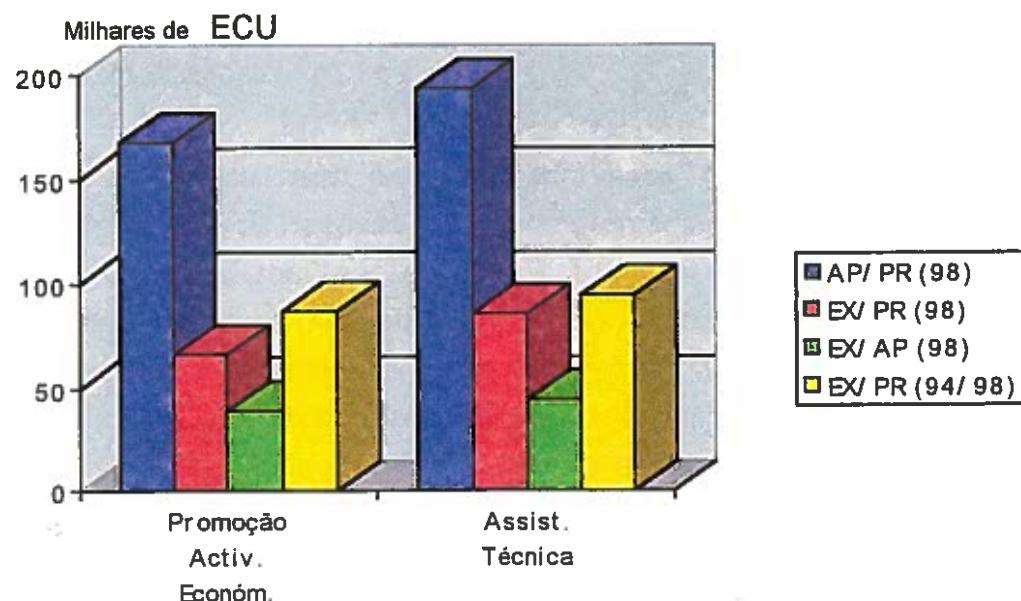
O investimento público previsto para o Sub-Programa C, para o ano de 1998, é de 9.017 mil ECUS, representando 7,8% da programação do PORLVT para

o mesmo ano. O investimento aprovado pelas entidades gestoras, em 1998, (15.982 mil ECUS) representa 8,6% do total aprovado para o programa, correspondendo a 223 projectos.

A taxa de execução da despesa pública, desde o início do Sub-Programa até 31/12/98, é de 89,6% relativamente à programação comunitária para o primeiro quinquénio do programa.

Apesar do Sub-Programa C apresentar uma taxa de execução inferior à dos restantes Sub-Programas, fruto do atraso do início da medida 1 (Promoção da Actividade Económica), tem vindo a registar uma recuperação notável, consubstanciada no elevado ritmo de aprovação e execução de diversas acções.

TAXA DE EXECUÇÃO DO SUB-PROGRAMA C POR MEDIDAS (%)



Apresentam-se, seguidamente e de forma sintética, as taxas de execução financeira, por medida, do Sub-Programa Dinamização Regional.

4.3.1 - MEDIDA 1: PROMOÇÃO DA ACTIVIDADE ECONÓMICA

- Os montantes aprovados, até 31/12/98, constituem 167,2% da despesa pública programada para 1998;
- Os 3.688 mil ECUS executados nos diversos projectos, ao longo do presente ano, representam 66,0% e 39,4%, para os montantes públicos programados na decisão comunitária e aprovados pelas entidades gestoras do programa para 1998, respectivamente;
- A medida 1 do Sub-Programa C, apenas teve o seu início em 1995, tendo sido aprovados 113 projectos até 31/12/98, atingindo a execução financeira 86,6% do total da despesa pública programada para os cinco primeiros anos de vigência do programa.

4.3.2 - MEDIDA 2: ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- A despesa pública, nos projectos aprovados para o ano de 1998, representa 193,4% da despesa pública programada na decisão comunitária;
- A despesa pública realizada e contabilizada nas entidades gestoras, em 1998, atingiu 84,9% da despesa pública programada para 1998 e 43,8% da despesa pública aprovada para o ano;
- A taxa de execução acumulada da despesa pública, dos 110 projectos aprovados nesta medida, até 31/12/98, era de 94,3% relativamente à programação comunitária.

5. EXECUÇÃO FÍSICA DA INTERVENÇÃO OPERACIONAL POR DOMÍNIOS

5.1 - Transportes e Acessibilidades

Num território com as características da Região de Lisboa e Vale do Tejo, existe uma inevitável complementaridade e uma articulação de intervenções, de agentes e de meios, no domínio dos transportes e acessibilidades. Com particular importância, há que relevar os investimentos a realizar nos âmbitos do Plano Rodoviário Nacional e da intervenção da EXPO 98, do Metropolitano e do Porto de Lisboa.

Este domínio apresentou, desde o início do Programa, uma limitação orçamental relevante, uma vez que a medida Transportes e Acessibilidades do Sub-Programa B, financiou cinco projectos de grande monta, estruturantes para a Região: o Terminal Multimodal do Vale do Tejo, a Via de Cintura da Área Metropolitana de Lisboa, um troço do Eixo Viário Norte/Sul, a ligação da Radial da Buraca à Av. Norton de Matos. e o Aeródromo de Tires

Estes cinco projectos, num valor superior a 13 milhões de contos, pelas suas dimensões e características, poderiam ter sido da responsabilidade directa da Administração Central, libertando assim verbas para acções de menor dimensão, mas fundamentais para promover a articulação entre os eixos viários estruturantes.

Não obstante, os projectos aprovados ultrapassam em diversos casos as metas iniciais. A título exemplificativo, refira-se que a programação inicial apontava para a construção/remodelação de 400 Km de estradas municipais

e de 40 Km de estradas regionais estruturantes, tendo sido já aprovados 14.862 Km de construção/ beneficiação de estradas e caminhos municipais e 138 Km de construção/ beneficiação de estradas e caminhos regionais. Foram, também, aprovadas a construção e remodelação de 31 obras de arte. No segmento das infra-estruturas rodoviárias, a taxa de realização física dos projectos é bastante elevada, existindo situações em que os valores executados ultrapassam, largamente, os valores aprovados.

Execução Física no Segmento das Infra-Estruturas Rodoviárias

INDICADOR	UNIDADE	QUANT. APROV.	QUANT. REALIZ.
Construção Auto-Estradas	Nº	1	1
Construção de EM/CM	Km	176	3.565
Remodelação de EM/CM	Km	14.686	22.070
Construção de ER/CR	Km	22	20
Remodelação de ER/CR	Km	116	95
Construção Obras de Arte	Nº	18	18
Remodel. Obras de Arte	Nº	13	6

No segmento das infra-estruturas viárias urbanas, evidencia-se a aprovação de 7 parques de estacionamento, dos quais 4 já se encontram concluídos. Foram, ainda, aprovados 82 Km de nova rede viária e beneficiados 3.062 Km. No entanto, neste segmento, a taxa de realização física das acções é

inferior, o que em parte se deve à complexidade e morosidade das obras efectuadas em espaço urbano.

Pelo seu carácter inovador e estratégico para a Região, deve destacar-se o Centro Multimodal do Vale do Tejo, localizado em Riachos e que pretende transformar o eixo urbano Torres Novas/ Entroncamento, num grande centro logístico nacional, beneficiando da sua localização estratégica e das boas acessibilidades rodoviárias e ferroviárias.

Execução Física no Segmento das Infra-Estruturas Viárias Urbanas

INDICADOR	UNIDADE	QUANT. APROV.	QUANT. REALIZ.
<i>Construção de Rede Viária</i>	<i>Km</i>	<i>82</i>	<i>52</i>
<i>Remodel. de Rede Viária</i>	<i>Km</i>	<i>3.062</i>	<i>243</i>
<i>Construção Obras de Arte</i>	<i>Nº</i>	<i>1</i>	<i>1</i>
<i>Remodel. Obras de Arte</i>	<i>Nº</i>	<i>1</i>	<i>1</i>
<i>Parques de Estacionamento</i>	<i>Nº</i>	<i>7</i>	<i>4</i>
<i>Centros Multimodais</i>	<i>Nº</i>	<i>1</i>	<i>0</i>

5.2 - Ambiente e Saneamento Básico

Entre outros objectivos, o PORLVT visa melhorar as infra-estruturas básicas da Região de Lisboa e Vale do Tejo, contribuindo para o reforço da dimensão

ambiental, tida como essencial na prossecução do desenvolvimento sustentado.

Dadas as limitações orçamentais desta intervenção operacional e as carências da Região em infra-estruturas de saneamento, as acções apoiadas articulam-se com outros instrumentos financeiros, designadamente, o Fundo de Coesão.

Os projectos aprovados pelo PORLVT, no domínio do ambiente, distribuem-se por três segmentos essenciais: abastecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais urbanas e resíduos sólidos.

De entre as infra-estruturas apoiadas pelo PORLVT, para o segmento do abastecimento de água, destacam-se as aprovações de 9 estações de tratamento de água, 46 captações, 89 reservatórios e 74 estações elevatórias, estando o nível de realização, destas infra-estruturas, relativamente baixo. Contudo, os valores executados ultrapassam, em alguns casos, a programação inicial. Relativamente à extensão das redes de abastecimento, tinha sido aprovada a construção de 516,5 Km, tendo sido executados 450 Km.

INDICADOR	UNIDADE	QUANT. APROV.	QUANT. REALIZ.
Barragens	Nº	1	0
ETA	Nº	9	4
Captações	Nº	46	36
Reservatório	Nº	89	57
Estação Elevatória	Nº	74	44
Rede de Distribuição	Metros	516.501	450.537
Conduta Adutora	Metros	283.352	234.903

No segmento das águas residuais urbanas, as infra-estruturas aprovadas ultrapassam, largamente, a programação inicial. Previam-se 24 ETAR, estando já aprovadas 82, (62 com tratamento secundário) e executadas 21. Destaca-se, ainda, a aprovação de 136 estações elevatórias, de 562 Km de rede de drenagem e de 161 Km de colectores gerais.

Execução Física no Segmento das Águas Residuais Urbanas

INDICADOR	UNIDADE	QUANT. APROV.	QUANT. REALIZ.
<i>Etar Primária</i>	Nº	11	2
<i>Etar Secundária</i>	Nº	62	18
<i>Etar Terciária</i>	Nº	9	1
<i>Remodelação ETAR Secun.</i>	Nº	2	0
<i>Fossas Sépticas</i>	Nº	6	0
<i>Estação Elevatória</i>	Nº	136	41
<i>Rede Águas Residuais</i>	Metros	562.037	396.378
<i>Colector Geral</i>	Metros	161.309	112.440
<i>Exutor</i>	Metros	69.026	9.371
<i>Emissário Submarino</i>	Metros	573	573

Em relação ao tratamento de resíduos sólidos, o PORLVT apresenta-se como um instrumento fundamental para ultrapassar as graves carências do Vale do Tejo que, no final do Programa, passará a dispor de três aterros, onde serão tratados todos os resíduos produzidos na sub-região. Realce, também, para a conclusão de um aterro sanitário, em V. F. Xira, de uma estação de compostagem em Setúbal e de uma estação de transferência em Peniche.

Execução Física no Segmento dos Resíduos Sólidos

INDICADOR	UNIDADE	QUANT. APROV.	QUANT. REALIZ.
Aterro Sanitário	Nº	4	1
Centro de Tratamento	Nº	1	1
Estação de Transferência	Nº	1	1

5.3 - Infra-Estruturas e Equipamentos

Os equipamentos socio-económicos são um dos domínios de intervenção contemplados na estrutura e nos objectivos definidos para o Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

Assumido que, foi na concepção inicial do PORLVT, o objectivo estratégico de reforçar a coesão do território regional e de melhorar a qualidade de vida e, tendo presente a importância da dotação de equipamentos na prossecução desse objectivo (no duplo propósito de expandir e reforçar a cobertura territorial e de qualificar os serviços prestados), foi integrada, na estrutura base da intervenção operacional, uma componente direcionada para o financiamento de infra-estruturas e de equipamentos. Este domínio de actuação contempla dois segmentos fundamentais.

Em primeiro lugar, suporta-se a construção de equipamentos sociais de apoio à população tendo, por objectivo, valorizar as potencialidades regionais,

através do aproveitamento equilibrado dos recursos turísticos e patrimoniais, da requalificação do tecido urbano e da valorização do potencial humano.

Um segundo segmento, destina-se à construção de equipamentos de apoio à actividade produtiva, com o propósito de contribuir para o fortalecimento da economia regional, agindo no domínio da implantação física das empresas e na promoção das actividades económicas da Região .

De um modo geral, a realização física do primeiro segmento está em consonância com os objectivos e metas, inicialmente previstos, para o Programa Operacional. O número e diversidade de equipamentos aprovados, até ao final de 1998 é bastante apreciável. Não obstante, é possível destacar a construção de novas piscinas (16), a construção e remodelação de campos de jogos (19), de escolas básicas (9), de bibliotecas (7) e de cinemas e teatros (7).

Execução Física no Segmento dos Equipamentos de Apoio à População

INDICADOR	UNIDADE	QUANT. APROV.	QUANT. REALIZ.
<i>Constr. Escolas Básicas</i>	<i>Nº</i>	4	4
<i>Remodel. Escolas Básicas</i>	<i>Nº</i>	5	4
<i>Const. Inf. Desport. Descob.</i>	<i>Nº</i>	2	0
<i>Const. Inf. Desport. Cobert.</i>	<i>Nº</i>	2	2
<i>Const. Museus</i>	<i>Nº</i>	4	3
<i>Remodel. Museus</i>	<i>Nº</i>	1	1
<i>Const. Bibliotecas</i>	<i>Nº</i>	6	6
<i>Remodel. Bibliotecas</i>	<i>Nº</i>	1	1
<i>Const. Cinemas/Teatros</i>	<i>Nº</i>	3	2
<i>Remodel. Cinemas/Teatros</i>	<i>Nº</i>	4	3
<i>Const. Centros Culturais</i>	<i>Nº</i>	1	0
<i>Remodel. Centros Culturais</i>	<i>Nº</i>	1	0
<i>Const. Polidesportivos</i>	<i>Nº</i>	9	4
<i>Const. Piscinas</i>	<i>Nº</i>	16	10
<i>Const. Campos de Jogos</i>	<i>Nº</i>	11	3
<i>Remodel. Campos de Jogos</i>	<i>Nº</i>	8	7

Relativamente às infra-estruturas e equipamentos de apoio à produção, até ao final de 1998 tinham sido aprovados 9 loteamentos / zonas industriais (dos quais 4 tinham já sido concluídos), com 105 lotes, abrangendo uma área de 62 ha. Nestas áreas industriais, aprovaram-se 7,6 Km de rede de água, 9,4 Km de rede de esgotos, 74,1 Km de arruamentos e 3 ETARs. Destaque também para a construção de 2 Núcleos de Empresas, 5 Parques/ Pavilhões de Exposições e para a construção e remodelação de 5 Mercados Municipais.

Execução Física no Segmento dos Equipamentos de Apoio à Actividade Produtiva

INDICADOR	UNIDADE	QUANT. APROV.	QUANT. REALIZ.
Const. Loteam./Zonas Indust.	Nº	9	4
Número de Lotes	Nº	105	0
Área dos Loteamentos	Há	62	0
Const. ETARs Industriais	Nº	3	2
Const. Rede de Água	Metros	7.560	3.250
Const. Rede de Esgotos	Metros	9.362	4.050
Const. Arruament. Industriais	Metros	74.088	68.205
Const. Mercados Municipais	Nº	2	0
Remodel. Merc. Municipais	Nº	3	2
Const. Parques/ Pavilhões	Nº	5	1
Const. Núcleos Empresas	Nº	2	0

5.4 - Acções Imateriais

O Sub-Programa C apresenta-se como uma intervenção inovadora para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, privilegiando as acções imateriais, cada vez mais fundamentais no incremento da capacidade competitiva das economias regionais.

Os projectos aprovados constituem um sistema, cujo resultado final contribuirá para a correcção das fragilidades do tecido empresarial e para a dinamização das actividades instaladas, para o fomento das iniciativas de carácter inovador e aumento da capacidade de competir em mercados alargados, numa perspectiva estratégica de desenvolvimento sustentado das potencialidades endógenas.

Os indicadores de realização física do Sub-Programa C apresentam, naturalmente, diversas limitações, dado o carácter imaterial e qualitativo da maioria das acções desenvolvidas.

Ainda assim, os indicadores disponíveis permitem destacar o número de estudos aprovados (107, dos quais 18 correspondem a estudos de estratégia) e de acções de divulgação da Região (92). O número de acções concluídas é, ainda, limitado mas, dada a natureza destas acções, a situação deverá ser ultrapassada durante o ano de 1999.

Indicadores de Execução Física de Algumas Acções do Sub-Programa C

INDICADOR	UNIDADE	QUANT. APROV.	QUANT. REALIZ.
<i>Estudos</i>	Nº	89	52
<i>Estudos de Estratégia</i>	Nº	18	16
<i>Acções de Divulgação</i>	Nº	92	6
<i>Acções de Marketing</i>	Nº	7	1
<i>Missões Empresariais</i>	Nº	2	0
<i>Participação em Feiras Intern.</i>	Nº	1	1
<i>Participação em Feiras</i>	Nº	1	0
<i>Seminários</i>	Nº	2	0

6 - INDICAÇÕES SOBRE A EVOLUÇÃO PREVISÍVEL EM 1999

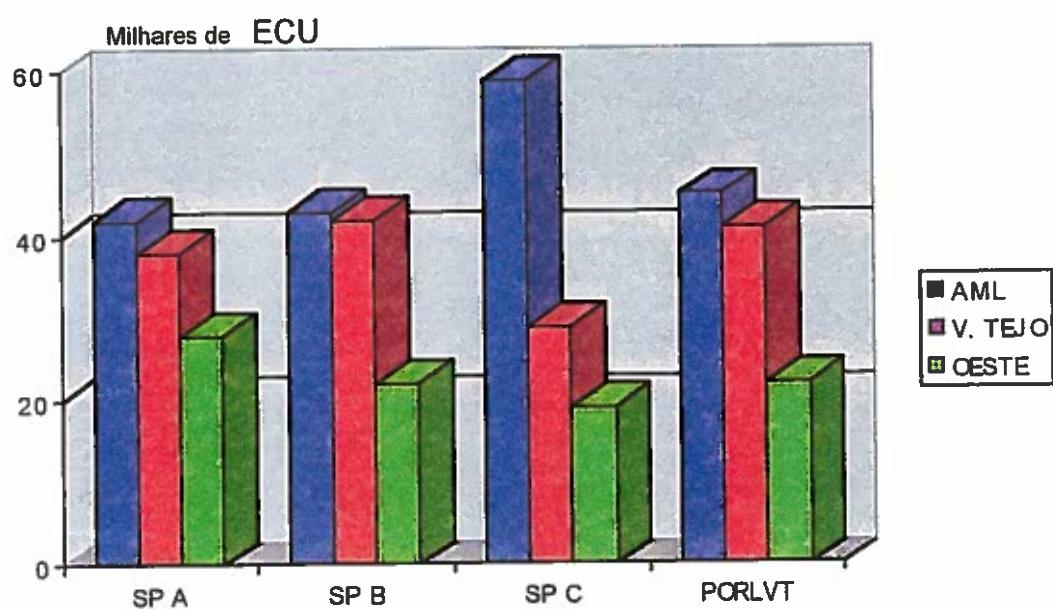
O Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, no período que decorreu entre o seu início e 31 de Dezembro de 1998, aprovou um total de 702 projectos, com um investimento elegível de 521,1 milhões de ECUS, a que corresponde 370,5 milhões de ECUS comparticipados a fundo perdido pelo FEDER, o que significa uma taxa de participação global de 71,1%.

Do ponto de vista territorial, tendo por base as três sub-regiões que compõem a Região de Lisboa e Vale do Tejo, verifica-se que 41,6% do investimento elegível aprovado se localiza na Área Metropolitana de Lisboa. O Vale do Tejo e o Oeste concentram, respectivamente, 37,0% e 21,4% do investimento elegível aprovado. Tendo em consideração, a dimensão demográfica de cada uma das três sub-regiões, conclui-se que, o PORLVT terá impactos mais significativos na dinâmica territorial do Vale do Tejo e do Oeste, dado que, as captações do investimento aprovado são mais elevadas. Apesar de, na AML, os montantes de investimento, por habitante, serem consideravelmente inferiores à média regional, verifica-se que, o investimento médio por projecto é mais elevado (954 mil ECUS), o que traduz o carácter mais selectivo e menos extensivo do Programa Operacional nesta sub-região, facto que se deve, também, aos recursos disponíveis para a AML, no âmbito de outros instrumentos financeiros (particularmente o Fundo de Coesão).

Investimento Elegível, Dimensão Média dos Projectos e Capitação por Sub-Região

SUB-REGIÃO	Nº de Projectos	Investimento Elegível		Invest. Médio (Milh. ECUS)	Capitação (ECUS)
		(Milh. ECUS)	(%)		
AML	227	216.564	41,6	954	8,5
V. TEJO	292	192.972	37,0	661	44,3
OESTE	183	111.604	21,4	610	35,1
TOTAL	702	521.140	100,0	742	15,7

REGIONALIZAÇÃO DO INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO (%)



O esforço que as entidades gestoras e os promotores têm efectuado, no sentido de assegurar elevadas taxas de execução financeira, tem gerado um progressivo incremento nos montantes de investimento, ao longo dos anos. Se, no ano de arranque do Programa Operacional, o investimento executado foi, somente de, 19,0 milhões de ECUS, durante o ano de 1998 o montante ascendeu a 98,2 milhões de ECUS (valor, ainda assim, ligeiramente inferior ao de 1997). Deste modo, desde o início do **PORLVT** até ao final de 1998, as entidades gestoras tinham registado 370,0 milhões de ECUS de investimento executado.

**Evolução da Execução Financeira, por Sub-Programas e
Medidas (em ECUS)**

S.P./Medida	1994	1995	1996	1997	1998	1994/98
SUB-PROG.A	12.287	25.691	35.769	50.906	46.946	171.599
AML	5.922	9.336	12.063	21.744	20.876	69.941
Vale do Tejo	4.633	9.365	12.172	18.847	14.160	59.177
Oeste	1.732	6.989	11.533	10.314	11.909	42.477
SUB-PROG.B	6.502	38.903	38.873	48.577	44.613	177.468
Transportes	2.745	28.462	20.511	18.743	11.497	81.958
Ambiente	3.415	7.693	13.996	23.558	26.085	74.747
Equipamentos	341	2.747	4.366	6.276	7.030	20.760
SUB-PROG.C	206	2.876	5.534	5.666	6.602	20.884
Prom. Act. Econ.	-	1.734	3.272	3.589	3.688	12.283
Assist. Técnica	206	1.142	2.261	2.077	2.913	8.599
TOTAL	18.996	67.472	80.177	105.151	98.162	369.958

A taxa de execução anual do **PORLVT** registou uma melhoria, bastante significativa, de 1994 para 1998 (passou de 46,9%, em 31/12/94, para 85,1%, em 31/12/98). Este incremento nos níveis de execução do Programa Operacional reflecte uma melhoria generalizada nos níveis de execução dos três Sub-Programas e respectivas medidas, a partir do segundo ano de vigência do Programa. Por conseguinte, a taxa de execução acumulada tem vindo a registar progressivos aumentos, situando-se, em 31/12/98, em 95,5%. Não obstante, durante o último ano ocorreu um abrandamento do ritmo de execução do **PORLVT**, o que se deveu, entre outros factores já anteriormente identificados, à ausência de projectos de execução por parte de promotores em alguns domínios.

Evolução da Execução Financeira, por Sub-Programas e Medidas (em ECUS)

S.P. / Medida	1994	1995	1996	1997	1998	1994/98
SUB-PROG. A	67,0	107,2	110,3	112,3	85,7	95,6
<i>AML</i>	80,7	97,3	93,0	119,9	91,7	97,4
<i>Vale do Tejo</i>	72,2	111,6	107,2	118,8	75,9	92,9
<i>Oeste</i>	37,7	116,6	142,2	91,0	89,4	96,8
SUB-PROG. B	34,4	157,7	116,5	104,2	86,5	96,2
<i>Transportes</i>	42,8	339,4	180,8	118,2	61,7	91,9
<i>Ambiente</i>	32,3	55,7	74,9	90,2	107,1	102,3
<i>Equipamentos</i>	18,1	111,4	130,8	134,6	82,0	93,0
SUB-PROG. C	5,1	55,4	78,8	57,7	73,2	89,6
<i>Prom. Act. Econ.</i>	-	47,5	66,3	52,0	66,0	86,6
<i>Assist. Técnica</i>	17,4	74,0	108,2	71,1	84,9	94,3
TOTAL	46,9	125,3	110,1	103,3	85,1	95,5

Durante o ano de 1998, ocorreu uma convergência entre os níveis de execução dos diversos Sub-Programas e as medidas que compõem o PORLVT, em consequência de dois tipos de evoluções. Por um lado, apesar dos Sub-Programas A e B terem registado bons níveis de execução, registou-se um abrandamento no ritmo de despesas efectuadas, conduzindo a que não se atingissem os montantes inicialmente programados na decisão comunitária. Por outro, o Sub-Programa C registou, durante o ano de 1998, um desempenho superior ao que tinha vindo a registar em anos anteriores (com a excepção de 1996), o que reflecte a dinâmica dos agentes económicos e das instituições da Região, assim como, da sua adaptação a um Sub-Programa com uma vertente inovadora.

A evolução da taxa de execução acumulada reflecte esta convergência, sendo, também, resultado da reprogramação financeira do PORLVT, que passou por um reforço financeiro do Programa e pela transferência de montantes do Sub-Programa C para o Sub-Programa B. Por conseguinte, contrariamente aos anos anteriores, os Sub-Programas A e B registaram uma diminuição da taxa de execução acumulada. Já o Sub-Programa C beneficiou de um incremento considerável no nível de execução acumulado, fruto da diminuição dos montantes de investimentos programados.

Apesar de tudo, subsistem em alguns Sub-Programas, diversos desequilíbrios nas taxas de execução acumuladas por medidas.

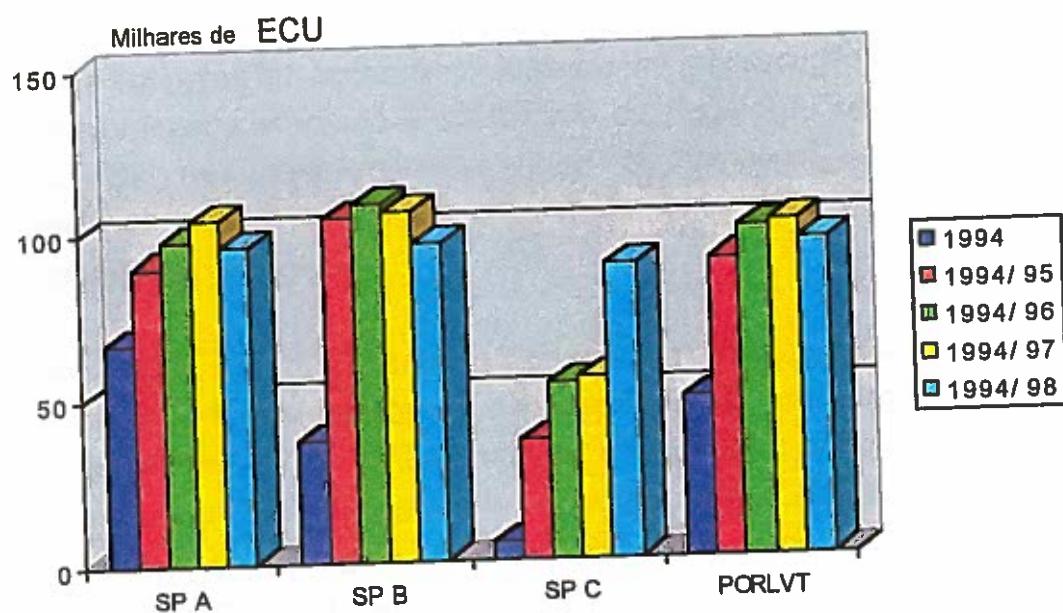
No que respeita ao Sub-Programa A, as despesas efectuadas correspondem, praticamente, aos montantes programados. Embora, em 1998, a sub-região do Vale do Tejo tenha registado um menor desempenho neste Sub-Programa, esse facto é compensado pelo elevados níveis de execução registados nos três anos anteriores. O facto deste Sub-Programa estar contratualizado às Associações de Municípios, sendo a distribuição dos fundos realizada com base nas transferências do FEF e objecto de planos

de acção, acordados previamente, leva a que a aprovação de acções decorra de uma forma progressiva ao longo do tempo. Por conseguinte, espera-se que, durante o ano de 1999, a aprovação e a execução das acções decorra com normalidade e a um ritmo semelhante ao dos últimos anos.

No Sub-Programa B, ocorreram algumas alterações nos ritmos de execução das medidas. Com efeito, contrariamente aos anos anteriores, foi a medida Ambiente que registou uma maior taxa de execução, levando a que a taxa acumulada passasse a ser de 102,3%. A construção de diversas infra-estruturas, estruturantes no domínio do saneamento básico para a região, está na origem deste processo (com ênfase para a construção de três aterros sanitários no Vale do Tejo). Em relação às restantes duas medidas, deve salientar-se a situação da medida 1 (Transportes e Acessibilidades) que registou uma prematura situação de "overbooking", em virtude desta medida estar comprometida, desde o início do Programa Operacional, com o apoio a 5 grandes projectos estratégicos para a região, tornando as verbas escassas para responder às numerosas necessidades existentes no domínio dos transportes e acessibilidades.

O Sub-Programa C registou um grande aumento na taxa de execução acumulada, reflectindo a normalidade da aprovação de projectos na unidade de gestão e os esclarecimentos efectuados, relativamente à sua articulação com outros programas. Consequentemente, durante o ano de 1999, prevê-se que se atinja uma taxa de execução muito próxima dos montantes programados. A medida 1 (Promoção da Actividade Económica) é a que apresenta a taxa de execução acumulada mais baixa de todo o Programa Operacional (86,6%), o que, em parte, é ainda resultado do atraso no seu arranque.

EVOLUÇÃO DA TAXA DE EXECUÇÃO ACUMULADA POR SUB-PROGRAMAS (%)



7 - AVALIAÇÃO

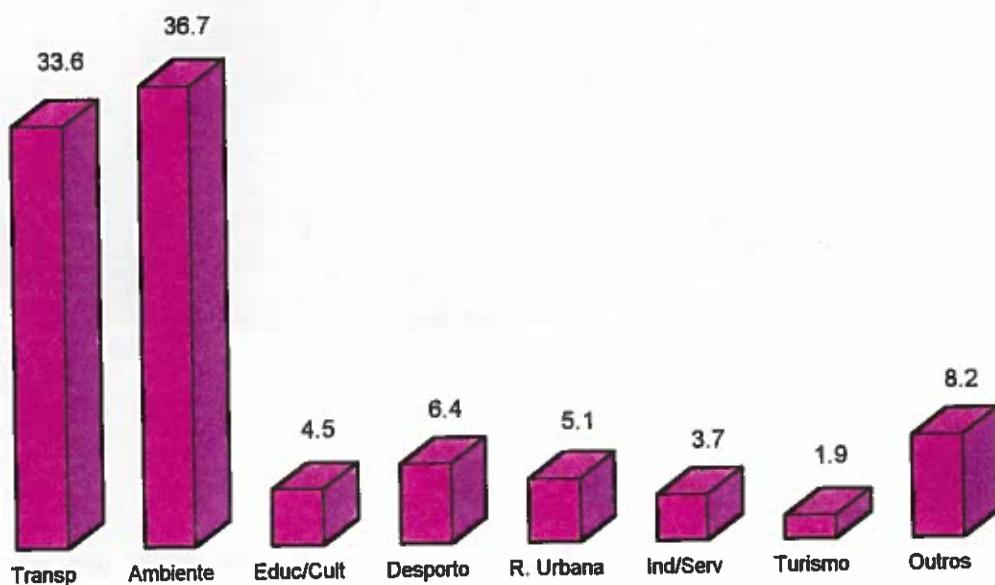
O **PORLVT** constitui um instrumento essencial na prossecução do processo de desenvolvimento integrado e sustentado da Região de Lisboa e Vale do Tejo. Os três Sub-Programas, que o compõem, procuram criar complementaridades e sinergias, por forma a responder a algumas das necessidades da região.

A concretização do Sub-Programa A permitirá melhorar a qualidade de vida dos centros urbanos de pequena e média dimensão, através da sua dotação em equipamentos e infra-estruturas. Procura-se, pois, responder às tendências recentes da população portuguesa na ocupação e organização do território. O Sub-Programa B pressupõe o reforço da coesão supra-local, através da aposta em estratégias que valorizem as redes de concertação entre os diversos centros urbanos da região de Lisboa e Vale do Tejo. O Sub-Programa C contempla diversas dimensões, através da conjugação de dois tipos de dinamismos: por um lado, os de natureza endógena, que se relacionam com a capacidade de potencialização dos recursos existentes e, por outro lado, os exógenos, que resultarão da captação de investimentos exteriores ao seu espaço, designadamente, em sectores inovadores.

Estrutura do Investimento Elegível Aprovado por Sub-Programas e Medidas (%)

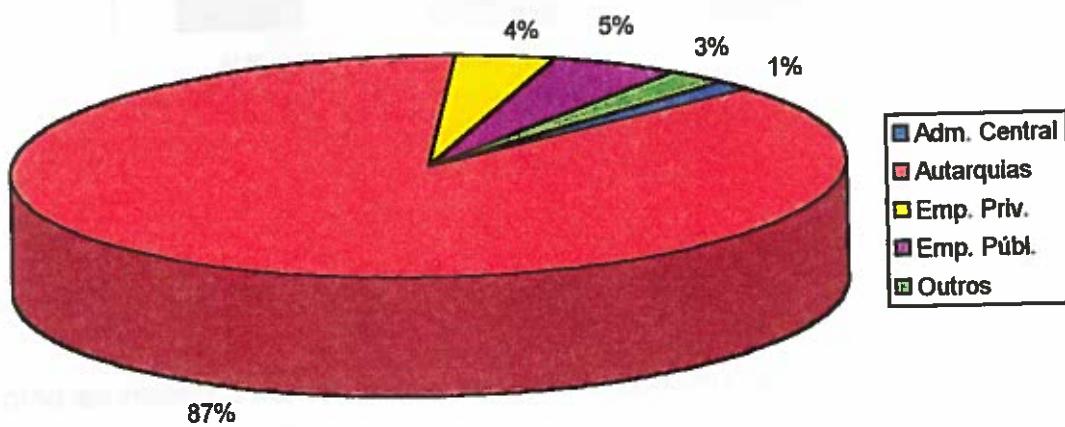
S.P. / Medida	AML	V. TEJO	OESTE	TOTAL
SUB-PROG.A	38,0	38,1	50,1	40,6
AML	38,0	-	-	15,8
Vale do Tejo	-	38,1	-	14,1
Oeste	-	-	50,1	10,7
SUB-PROG.B	52,6	56,8	44,7	52,5
Transportes	33,1	12,1	4,0	19,1
Ambiente	14,1	35,1	34,5	26,3
Equipamentos	5,4	9,7	6,1	7,2
SUB-PROG.C	9,4	5,1	5,3	6,9
Prom. Act. Econ.	4,8	3,3	3,2	3,9
Assist. Técnica	4,6	1,8	2,1	3,0
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0

Tendo, por base, a tipologia adoptada pela DGDR na classificação dos diversos projectos por domínio de intervenção, considerando-se os montantes de investimento aprovados, constata-se que as acções associadas aos transportes e ao ambiente absorvem a maior fatia de investimento (superior a 70%), o que indica impactos, muito significativos, nestes domínios. Os equipamentos de apoio à população e, em particular os desportivos, são também um domínio de intervenção importante do PORLVT.



A mobilização de diversos agentes constitui um dos aspectos mais positivos do PORLVT, até pela capacidade de criar, a médio e longo prazo, um quadro

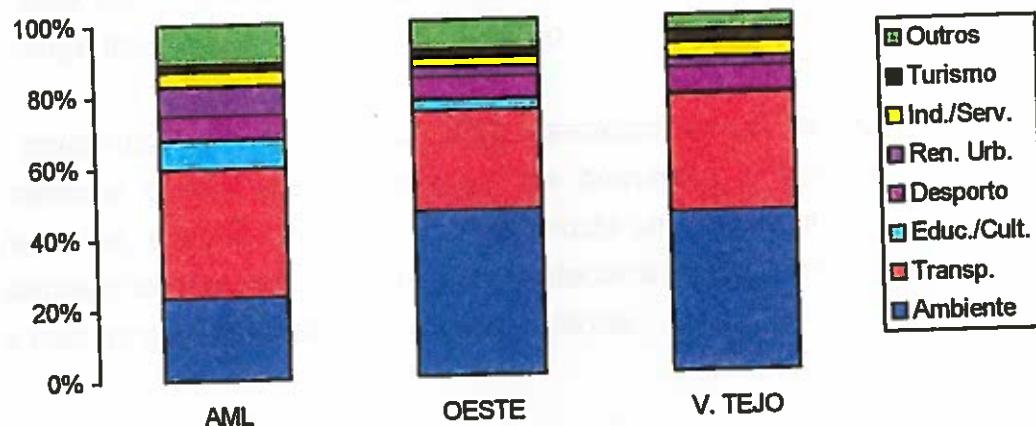
sustentável de actores e uma atitude de co-responsabilização nas opções estratégicas de desenvolvimento que se colocam à Região. Entre 1994 e 1998, sobressai o grande protagonismo das autarquias, responsáveis por 87,1% do investimento elegível aprovado. Seguem-se, a grande distância, a categoria de Outros Promotores (essencialmente Associações Empresariais e Regiões de Turismo), as empresas privadas e públicas e, em menor grau, a Administração Central.



Apesar de, em todas as sub-regiões da Região de Lisboa e Vale do Tejo, os domínios do ambiente e das acessibilidades assumirem uma maior preponderância, existem algumas especificidades territoriais. Pela sua relevância, destacam-se duas:

- maior diversidade de investimentos na AML, enquanto, no Oeste e no Vale do Tejo, o ambiente e os transportes absorvem mais de 3/4 do investimento aprovado;
- peso significativo (cerca de metade do total) dos investimentos realizados no domínio do ambiente, nas sub-regiões Oeste e Vale do Tejo.

INVESTIMENTO ELEGÍVEL APROVADO POR DOMÍNIOS



7.1 - Impactos no Domínio do Ambiente

Como se referiu anteriormente, o ambiente constitui um domínio de actuação privilegiado do **PORLVT**. Com efeito, desde o início da execução do Programa Operacional até ao fim de 1998, as Unidades de Gestão do Programa tinham aprovado 180 projectos neste domínio, correspondentes a 191,3 milhões de ECUS de investimento elegível.

Os projectos aprovados no domínio do Ambiente, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, distribuem-se por três segmentos: abastecimento de água, drenagem e tratamento de esgotos e tratamento de resíduos sólidos. Algumas acções correspondem a intervenções integradas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais urbanas. Contudo, mais de metade do investimento elegível aprovado, concentra-se, exclusivamente, no segmento das águas residuais urbanas, com relevo para a construção de

sistemas integrados de tratamento. Os maiores impactos das acções, no domínio do ambiente, far-se-ão sentir nas sub-regiões do Vale do Tejo e Oeste, dado que as principais infra-estruturas de saneamento, da AML, são comparticipadas pelo Fundo de Coesão.

Os municípios do Oeste e da AML privilegiaram as acções tendentes a melhorar os respectivos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, enquanto no Vale do Tejo, existe um maior equilíbrio entre os três segmentos do ambiente, sendo de destacar a importância dos investimentos a realizar no segmento dos resíduos sólidos.

Estrutura do Investimento Aprovado, por Segmento do Ambiente do PORLVT (1994/98)

SEGMENTO	AML		OESTE		V. TEJO		RLVT	
	(Mil. ECU)	(%)	(Mil. ECU)	(%)	(Mil. ECU)	(%)	(Mil. ECU)	(%)
Água e Esg.	5.574	10,9	3.255	6,2	1.783	2,0	10.612	5,5
Água	11.501	22,6	11.497	21,8	29.000	33,1	51.998	27,2
Esgotos	28.594	56,1	36.327	68,8	37.670	43,0	102.592	53,6
R.Sólidos	5.279	10,4	1.714	3,2	19.067	21,8	26.060	13,6
TOTAL	50.948	100,0	52.794	100,0	87.520	100,0	191.262	100,0
CAPIT. (x1000)	19,9	26,6	165,9	27,6	200,9	45,8	57,7	100,0

Dada a importância que o segmento das águas residuais urbanas tem assumido, para o PORLVT, destacam-se, seguidamente, os seus principais impactos na Região, com base em estudos de avaliação do PORLVT, elaborados pela CCRLVT, sendo que, na AML, os seus impactos se articulam com as acções aprovadas pelo Fundo de Coesão.

À semelhança do que sucedeu no anterior Quadro Comunitário de Apoio, o PORLVT constitui um instrumento fundamental para melhorar a qualidade de atendimento das populações, da Região de Lisboa e Vale do Tejo, em drenagem e tratamento de águas residuais urbanas. Não obstante, não se afigura fácil atingir um nível de cobertura de 90%, em 1999, atendendo ao facto que, em 1994, apenas 41% do total de habitantes, possuía, simultaneamente, drenagem e tratamento de efluentes urbanos. De uma forma geral, os projectos incidem sobre soluções integradas de saneamento, dando ênfase à construção de novas ETAR. Os objectivos passam, fundamentalmente, pela tentativa de diminuição das fontes de poluição das linhas de água e, nalguns casos, das áreas litorais junto à foz dos rios.

As previsões apontam para uma melhoria muito significativa dos níveis de atendimento da população, em drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, na Região de Lisboa e Vale do Tejo, que passará de 41% em 1994, para 72% em 1999. Embora o Vale do Tejo permaneça como a sub-região mais carenciada (prevê-se que cerca de 1/3 dos residentes continuem a não ver os seus efluentes devidamente tratados) ocorrerá uma convergência entre as três sub-regiões.

***Impactos Esperados nos Níveis de Atendimento de Tratamento
de Efluentes da População da RLVT, pela Execução dos
Projectos Aprovados pelo QCA II (%)***

Unidade Geográfica	População (1996)	1994 (Antes QCA)	1994/99 (QCA II)	1999 (Depois QCA)
AML	2.559.510	45	27	72
Oeste	318.260	33	47	80
Vale do Tejo	435.680	22	44	66
RLVT	3.313.450	41	31	72

7.2 - Um Domínio Estratégico para a Região : VALTEJO

Reconhecendo a importância estratégica que o Rio Tejo assume para a Região, a Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo decidiu solicitar, a dois investigadores, um estudo de valorização deste rio. Com base num minucioso trabalho de campo e em reuniões com diversos protagonistas com interesses na Região, consolidou-se um documento, designado por, Valtejo, que se encontra em vias de publicação e que constituirá um documento-chave de actuação durante o próximo Quadro Comunitário de Apoio que procure valorizar o Tejo, nas suas diversas dimensões.

O objectivo central da intervenção é valorizar o Tejo, de modo a criar condições de sustentabilidade e de afirmação do território do Vale do Tejo.

Este objectivo pressupõe uma visão global e integradora, bem como estratégias de promoção de selectividades e complementaridades e uma estratégia de concertação e participação, numa perspectiva de partenariado.

O Valetejo identifica três grandes domínios de intervenção, com um alcance estratégico relevante:

- valorização das actividades económicas tradicionais;
- valorização dos lazeres e do turismo;
- valorização dos aglomerados populacionais.

Por forma a consubstanciar estes domínios de intervenção, são identificados três sectores privilegiados de actuação: sector Belver/ V.N. Barquinha, sector Golegã/ Alpiarça e sector Santarém/ Salvaterra de Magos.

A potencialização destes sectores depende da concretização de um conjunto de apostas de grande fôlego, tais como a regularização, despoluição, desassoreamento e melhoria dos atravessamentos do Tejo e um conjunto de apostas fundamentais e complementares.

7.3 - Projectos Inovadores para a Região : Rotas da Vinha e do Vinho

O vinho constitui, por excelência, um dos produtos marcantes de toda a Região de Lisboa e Vale do Tejo, representando uma referência patrimonial de grande importância, tratando-se de um produto com um significado económico considerável, em alguns concelhos da Região.

Assim, as Regiões de Turismo e os Produtores/ Engarrafadores decidiram avançar com acções inovadoras, com a designação de **Rota da Vinha e do Vinho**. Desenvolveram-se quatro projectos essenciais, tendo, por base, as áreas de actuação das Regiões de Turismo.

A Região de Turismo da Costa Azul desenvolve a sua acção com o duplo objectivo de contribuir para a divulgação e o conhecimento da Península de Setúbal e para o enriquecimento e a diversificação da oferta turística. A rota da vinha e do vinho, para esta região, engloba 9 adegas, esperando-se um número, na ordem dos 70 mil visitantes, por ano (embora metade deste valor esteja afecto a duas caves de grande projecção, já abertas ao público).

A Região de Turismo do Oeste pretende promover a venda de um produto com grande impacto na economia sub-regional (o vinho) e articular a integração deste produto com o sector turístico. Irão participar 16 adegas, de 10 concelhos da sub-região, estimando-se as visitas em mais de 2 mil pessoas por ano.

Relativamente à Região de Turismo do Ribatejo, estão envolvidas 14 adegas, distribuídas por 8 concelhos, procurando-se potenciar a proximidade da AML, que constitui um potencial de procura turística muito elevado. Pretende atingir-se um número, aproximad,o de 2 mil visitantes por ano.

Finalmente, na Região de Turismo dos Templários, cinco concelhos estão envolvidos, através de 9 adegas, visando fortalecer a base económica regional, agindo no domínio da inserção nos mercados e, em particular, no do turismo.

8 - ACÇÕES DE CONTROLO

As entidades gestoras do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo têm efectuado o acompanhamento dos projectos e o controlo junto dos beneficiários finais, de forma sistemática, através dos instrumentos previstos no Regulamento do Programa Operacional, e demais normativos, em vigor, complementados com visitas aos locais dos projectos.

Aquando da apresentação dos pedidos de pagamento da participação financeira FEDER, é efectuada a análise documental, apresentada pelo beneficiário, consistindo numa análise preliminar sobre a elegibilidade das despesas públicas apresentadas, bem como dos documentos que as fundamentam, designadamente, os contratos de adjudicação, facturas, autos de medição e recibos.

É objectivo do Gestor do Programa que todos os projectos do PORLVT sejam verificados durante o período de vigência da Intervenção Operacional.

Durante o ano de 1998, realizaram-se 62 acções de controle e acompanhamento físico de projectos por parte da Estrutura de Apoio Técnico.

No período em análise, uma Missão de Controlo da DGXVI, realizou, no período de 26 a 30-10-1998, uma auditoria, cujo objectivo era analisar os sistemas de procedimentos de gestão e controlo do Programa, com relevo para os circuitos de pagamento e de certificação de despesas.

No ano de 1998, também, o Tribunal de Contas iniciou uma acção inspectiva a alguns projectos apoiados pelo Programa Operacional.

Dois projectos foram, durante 1998, objecto de acompanhamento físico por parte de entidades externas.



9 - INFORMAÇÃO E PUBLICIDADE

Visando a adequação nas disposições nacionais e comunitárias, em matéria de publicidade e informação, dos projectos apoiados pelo FEDER, o Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo solicitou, a todas as entidades executoras, o cumprimento das normas de publicidade dos apoios concedidos, estabelecidas no Despacho Conjunto de 31 de Janeiro de 1996, dos Srs. Ministros do Equipamento, do Planeamento e Administração do Território, da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas e para a Qualificação e o Emprego.

O Subprograma C, através da Medida 2 (Assistência Técnica) permitiu desenvolver, ao longo de 1998, um conjunto de acções de informação e divulgação do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo.

As acções compreenderam cinco grupos de actividades essenciais:

- apoio a acontecimentos e manifestações com impacto na Região de Lisboa e Vale do Tejo, através de patrocínios e subsídios*
 - Conferência "O Atlântico – Passado, Presente e Futuro"
 - Congresso Mundial "Youth in Changing Cities"
 - Festival do Vinho Português – Bombarral
 - Alpiagra 98
- promoção e divulgação através de meios informativos locais, regionais, nacionais e internacionais*
 - Guias dos Itinerários Culturais das Regiões da Europa
 - Guia dos Portos de Recreio da Península Ibérica
 - Guia dos Itinerários Culturais da Península Ibérica
- participação e/ou organização de seminários, congressos e feiras*
 - Feira do Cavalo, na Golegã,

- *Feira de Ascensão, em Alenquer*
- *Feira do Vinho em Alpiarça*
- *Feira do Vinho no Cartaxo*
- *Feira de Maio em Azambuja*
- *Feira de Artesanato em Tomar*
- *Edição de desdobráveis, brochuras, boletins e outras publicações sobre o Programa Operacional*
 - *duas edições da Info-Lisboa e Vale do Tejo*
 - *folhetos sobre a CCRLVT*

10 - RESPEITO POR OUTRAS POLÍTICAS COMUNITÁRIAS

As Estruturas de Apoio Técnico têm desenvolvido os procedimentos administrativos considerados adequados ao cumprimento da legislação nacional e comunitária, em matéria de concursos públicos, concorrência e ambiente.

As unidades de gestão têm procedido, sistematicamente, à divulgação, actualização e regulamentação nacional e comunitária em matéria de publicidade, ambiente e de mercados públicos, garantindo o respeito pelas referidas normas.

Este relatório de execução foi aprovado pela Comissão de Acompanhamento do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo, na reunião realizada em 19.05.1999

QUADROS

QUADROS

TAXAS DE REALIZAÇÃO FINANCEIRA

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundos:
Eixo:
Programa:

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALE DO TEJO

€ / PR, EX / AP; Σ EX / Σ PR - Apuramento por Sub-Programas / PR REAL

Em 1000 x esc

Sub-Programas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas							Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado	Empreendedores Comunitários	
			Subvenções Comunitárias							Contribuição Nacional Total			Orcamento de Estado	Autorizações Locais	Fundos Autónomo	Regimes Autoritários		
			Total	FEDER	FSE	FEDEGA	IFOP	F Coesão	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17	
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17	
% da Cotação do Territ. Reg. e Qualid. de Vida																		
AP / PR	104,4%	104,4%	101,6%	101,6%	83,3%	83,3%	83,3%	83,3%	113%	107,3%								
EX / PR	83,6%	83,6%	85,6%	85,6%	82%	82%	82%	82%	92,6%	81,4%								
EX / AP	87%	87%	87%	87%	95,3%	95,3%	95,3%	95,3%	84,9%	80,8%								
Σ EX / Σ PR	96,2%	96,2%	96,2%	96,2%					98,7%	768,1%	97,1%							
% de Desenvolvimento de Área Regional																		
AP / PR	216,9%	216,9%	207,2%	207,2%	84,1%	84,1%	84,1%	84,1%	246,1%	628,4%	198,6%							
EX / PR	86,0%	86,0%	86,0%	86,0%	39,8%	39,8%	40,6%	40,6%	37,7%	26,3%								
EX / AP	39,9%	39,9%	41,2%	41,2%	97%	97%	96,1%	96,1%	99,2%	116,2%	95,2%							
Σ EX / Σ PR	97%	97%	97%	97%														
% da Região																		
AP / PR	177,2%	177,2%	173,1%	173,1%	73%	73%	70,9%	70,9%	189,5%	102,3%	601,5%							
EX / PR	73%	73%	41,2%	41,2%	40,9%	40,9%	40,9%	40,9%	79,3%	53,7%	191,6%							
EX / AP	41,2%	41,2%	41,2%	41,2%	89,3%	89,3%	89,3%	89,3%	41,8%	52,7%	31,8%							
Σ EX / Σ PR	90,2%	90,2%	90,2%	90,2%					92,9%	75,4%	132,8%							
AP / PR	160,4%	160,4%	154,4%	154,4%	85%	85%	82,7%	82,7%	178,5%	411,6%	154,5%							
EX / PR	85%	85%	85%	85%	53,5%	53,5%	53,5%	53,5%	91,7%	132,5%	84,7%							
EX / AP	52,9%	52,9%	52,9%	52,9%	95,2%	95,2%	95,3%	95,3%	51,3%	32,1%	54,8%							
Σ EX / Σ PR	96,2%	96,2%	96,2%	96,2%					98,6%	110,9%	96,5%							

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundos:
EXO:
Programa:

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALE DO TEJO

/PR, EX / AP; Σ EX / Σ PR - Apuramento por Sub-Programas / PR REAL

Em 1000 x eeu
De 98/01/01 a 98/12/31

Sub-Programas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas					Necessidade de Financiamento Público Nacional					Sector Privado	Empresas Comunitárias		
			Subvenções Comunitárias					Organismo de Estado	Contribuição Nacional Total	Fundos Autónomos	Fundos Autónomos Locais	F. Coesão	FSE	FEODA		
			Total	FEDER	FSE	FEODA	IFOP									
1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 6	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17
■ da Coesão do Territ. Reg. e Hallul de Vila			101,5%	101,5%	83,4%	82,1%	94,8%									
AP / PR	104,4%	104,4%	85,7%	83,4%	82,1%	95,6%										
EX / PR	85,7%	85,7%	82,1%	82,1%	82,1%	95,6%										
EX / AP	82,1%	82,1%	95,6%	95,6%	95,6%	95,6%										
Σ EX / Σ PR																
■ de Desenvolvimento de época Regional			207,1%	207,1%	84,3%	40,7%	95,3%									
AP / PR	216,8%	216,8%	86,5%	39,9%	40,7%	96,2%										
EX / PR	86,5%	86,5%	39,9%	39,9%	40,7%	96,2%										
EX / AP	39,9%	39,9%	96,2%	96,2%	96,2%	96,2%										
Σ EX / Σ PR																
■ Infraestr. Regional			173,1%	173,1%	71,1%	41,9%	88,7%									
AP / PR	177,2%	177,2%	73,2%	41,3%	41,3%	89,6%										
EX / PR	73,2%	73,2%	41,3%	41,3%	41,3%	89,6%										
EX / AP	41,3%	41,3%	89,6%	89,6%	89,6%	89,6%										
Σ EX / Σ PR																
■ P.R. / P.R.			154,3%	154,3%	82,8%	53,6%	94,6%									
AP / PR	160,4%	160,4%	85,1%	53%	53%	95,5%										
EX / PR	85,1%	85,1%	53%	95,5%	95,5%	95,5%										
EX / AP	53%	53%	95,5%	95,5%	95,5%	95,5%										
Σ EX / Σ PR																

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundos:
Eixo:
Programa:
Sub-Programa:

P.D.R.
P) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
4) LISBOA E VALE DO TEJO
44-01) Reforço da Coesão do Territ. Reg. e Melhoria da Qualid. de Vida

€ / PR; EX / AP; Σ EX / Σ PR - Apuramento por Medidas / PR REAL

De 98/01/01 a 98/12/31

Em 1000 x esc

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado	Empreendimentos Comunitários		
			Subvenções Comunitárias						Autonomias Locais			Fundos Autónomos						
			FEDER	FSE	FEoga	Ifop	F. Coesão	Contribuição Nacional Total	Orcamento do Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autonomias	Empresas Públicas	Outras				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17	
Metropolitana de Lisboa																		
AP / PR	99,8%	99,8%	96%	96%	88,6%	88,6%	92,2%	92,2%	100,6%	100,6%	111%	102,6%						
EX / PR	91,6%	91,6%	91,7%	91,7%	91,7%	91,7%	91,7%	91,7%	90,6%	90,6%	90,6%	92,3%						
EX / AP	91,7%	91,7%	91,7%	91,7%	91,7%	91,7%	91,7%	91,7%	90,6%	90,6%	90,6%	93,9%						
Σ EX / Σ PR	97,9%	97,9%	97,9%	97,9%	96,5%	96,5%	96,5%	96,5%	101%	101%	101%	98,7%						
Vil. do Tejo																		
AP / PR	110,2%	110,2%	107,2%	107,2%	74,4%	74,4%	69,4%	69,4%	119,4%	119,4%	119,4%	112,8%						
EX / PR	75,9%	75,9%	68,8%	68,8%	68,8%	68,8%	93%	93%	80,3%	80,3%	80,3%	74,9%						
EX / AP	68,8%	68,8%	68,8%	68,8%	68,8%	68,8%	68,8%	68,8%	67,2%	67,2%	67,2%	66,4%						
Σ EX / Σ PR	93,5%	93,5%	93,5%	93,5%	93%	93%	93%	93%	94,8%	94,8%	94,8%	93,2%						
etec																		
AP / PR	104,4%	104,2%	103,1%	103,1%	86,8%	86,8%	84,2%	84,2%	107,6%	107,6%	107,6%	107,6%						
EX / PR	89,2%	89,2%	85,5%	85,5%	84,2%	84,2%	96,7%	96,7%	89,5%	89,5%	89,5%	86,3%						
EX / AP	85,5%	85,5%	85,5%	85,5%	84,2%	84,2%	96,7%	96,7%	99,7%	99,7%	99,7%	99,7%						
Σ EX / Σ PR	97,3%	97,3%	97,3%	97,3%	96,7%	96,7%	96,7%	96,7%	102,7%	102,7%	102,7%	102,7%						
AP / PR	104,4%	104,4%	101,6%	101,6%	83,3%	83,3%	82%	82%	113%	113%	113%	107,3%						
EX / PR	85,5%	85,6%	82%	82%	82%	82%	95,3%	95,3%	92,6%	92,6%	92,6%	87,3%						
EX / AP	82%	82%	82%	82%	82%	82%	95,3%	95,3%	81,9%	81,9%	81,9%	81,4%						
Σ EX / Σ PR	96,2%	96,2%	96,2%	96,2%	95,3%	95,3%	95,3%	95,3%	768,1%	768,1%	768,1%	768,1%						

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

P.D.R.
P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL

44) LISBOA E VALE DO TEJO

Sub-Programa:
44-01) Reforço da Coesão do Territ. Reg. e Melhoria da Qualid. de Vida

/ PR, EX / AP; Σ EX / Σ PR - Apuramento por Medidas / PR REAL

De 98/01/01 a 98/12/31

Em 1000 x ecu

Medidas	Custo Total	Despesas Públicas						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado	
		Subvenções Comunitárias			Despesas Públicas			Contribuição Nacional Total			Despesas Autárquicas Locais				
		Total	FEDER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Orcamento de Estado	Autarquias Locais	Fundo Autónomo	Regimes Autónomos	Outras	Empresas Públicas		
1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 6	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	
ea Metropolitana de Lisboa															
AP / PR	99,7%	99,7%	96%	96%	88,6%	88,6%	90,7%	110,9%	102,6%	92,3%	90,7%	90,7%	100,1%		
EX / PR	91,7%	91,7%	92,3%	92,3%	91,9%	91,9%	92,3%	90,7%	90,7%	90,7%	90,7%	90,7%	90,7%	90,7%	
EX / AP	91,9%	91,9%	96,1%	96,1%	97,4%	97,4%	96,1%	100,3%	98,1%	98,1%	98,1%	98,1%	98,1%	98,1%	
Σ EX / Σ PR	91,4%	91,4%													
te do Tejo															
AP / PR	110,1%	110,1%	107,1%	107,1%	74,4%	74,4%	69,5%	119,3%	112,7%	75%	80,4%	80,4%	81,2%		
EX / PR	75,9%	75,9%	68,9%	68,9%	68,9%	68,9%	69,5%	67,3%	67,3%	67,3%	66,5%	66,5%	66,5%	66,5%	
EX / AP	68,9%	68,9%	92,9%	92,9%	92,9%	92,9%	92,5%	94,2%	94,2%	94,2%	92,7%	92,7%	92,7%	92,7%	
Σ EX / Σ PR	92,9%	92,9%													
este															
AP / PR	104,3%	104,3%	103,2%	103,2%	87%	87%	84,3%	107,6%	107,6%	96,5%	96,5%	96,5%	96,5%		
EX / PR	89,9%	89,9%	85,7%	85,7%	84,3%	84,3%	90%	89,6%	89,6%	89,6%	89,6%	89,6%	89,6%	89,6%	
EX / AP	85,7%	85,7%	96,8%	96,8%	96%	96%	96%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	98,9%	
Σ EX / Σ PR	96,8%	96,8%													
AP / PR	104,4%	104,4%	101,5%	101,5%	83,4%	83,4%	82,1%	113%	107,2%	87,4%	81,5%	81,5%	81,5%	100,1%	
EX / PR	85,7%	85,7%	83,1%	83,1%	82,1%	82,1%	82,1%	92,7%	92,7%	92,7%	92,7%	92,7%	92,7%	92,7%	
EX / AP	82,1%	82,1%	93,6%	93,6%	94,8%	94,8%	94,8%	92,1%	92,1%	92,1%	92,1%	92,1%	92,1%	92,1%	
Σ EX / Σ PR	93,6%	93,6%													

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundos:
Exlo:
Programa:
Sub-Programa:

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALE DO TEJO
44-02) Acções de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional

✓ PR, EX / AP, Σ EX / Σ PR - Apuramento por Medidas / PR REAL

Em 1000 x esc

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado	Empresários Comunitários				
			Total	FEDER	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total	Orcamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Rejões Autónomas	Empresas Públicas	Outras						
			9 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 6	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16	17	
transportes e Acessibilidades																				
AP / PR	128,1%	128,1%	119,2%	110,1%								154,6%	103,8%							
EX / PR	61,6%	61,6%	59,6%	59,6%								67,5%	46,2%							
EX / AP	48%	48%	50%	50%								43,6%	44,5%							
Σ EX / Σ PR	92,6%	92,6%	91,1%	91,1%								93,6%	131,5%	90,2%						
ambiente																				
AP / PR	293,6%	293,6%	281,1%	281,1%								330,8%	495,9%							
EX / PR	106,8%	106,8%	104,4%	104,4%								113,9%	103,8%							
EX / AP	36,3%	36,3%	37,1%	37,1%								34,4%	20,9%							
Σ EX / Σ PR	103,3%	103,3%	102,5%	102,5%								105,5%	102,8%							
pavimentações																				
AP / PR	192,2%	192,2%	188,2%	188,2%								204,4%	1499,7%							
EX / PR	81,9%	81,9%	79,9%	79,9%								83%	449,7%							
EX / AP	42,6%	42,6%	42,4%	42,4%								43,1%	29,9%							
Σ EX / Σ PR	93,0%	93,0%	92,7%	92,7%								96,9%	111,9%	94,2%						
municípios																				
AP / PR	216,9%	216,9%	207,2%	207,2%								246,1%	628,4%							
EX / PR	86,3%	86,3%	84,1%	84,1%								92,8%	166,6%							
EX / AP	39,8%	39,8%	40,6%	40,6%								37,7%	26,3%							
Σ EX / Σ PR	97%	97%	96,1%	96,1%								99,2%	116,2%							

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundos:
P.D.R.
Eixo:
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
Programa:
44) LISBOA E VALDE DO TEJO
Sub-Programa: 44-02) Acções de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional

X / PR; EX / AP; Σ EX / Σ PR - Apuramento por Medidas / PR REAL

De 98/01/01 a 98/12/31

Em 1000 x eeu

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias						Despesas Públicas						Sector Privado	Empresários Comunitários		
			Total	FEDER	FSE	FEoga	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total	Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras			
1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17		
transportes e Acessibilidades																		
AP / PR	128,4	120%	119,1%	119,1%	59,7%	50,1%	90,5%											
EX / PR	61,7%	61,7%	50,1%	50,1%	50,1%	50,1%	91,9%											
EX / AP	48,2%	48,2%	48,2%	48,2%	48,2%	48,2%	91,9%											
Σ EX / Σ PR	91,9%	91,9%	90,5%	90,5%	90,5%	90,5%	91,9%											
ambiente																		
AP / PR	293,5%	291,5%	281,1%	281,1%	104,7%	104,7%	37,2%											
EX / PR	107,4%	107,1%	107,1%	107,1%	107,1%	107,1%	107,1%											
EX / AP	36,4%	36,4%	36,4%	36,4%	36,4%	36,4%	102,3%											
Σ EX / Σ PR	102,3%	102,3%	101,6%	101,6%	101,6%	101,6%	101,6%											
equipamentos																		
AP / PR	192,1%	192,1%	188,1%	188,1%	79,9%	79,9%	42,5%											
EX / PR	82%	82%	82%	82%	42,6%	42,6%	91,9%											
EX / AP	42,6%	42,6%	42,6%	42,6%	42,6%	42,6%	93%											
Σ EX / Σ PR	93%	93%	91,9%	91,9%	91,9%	91,9%	93%											
desporto																		
AP / PR	216,8%	216,8%	207,1%	207,1%	84,3%	84,3%	40,7%											
EX / PR	86,5%	86,5%	86,5%	86,5%	86,5%	86,5%	95,3%											
EX / AP	39,9%	39,9%	39,9%	39,9%	39,9%	39,9%	96,2%											
Σ EX / Σ PR	96,2%	96,2%	95,3%	95,3%	95,3%	95,3%	96,2%											

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundos:
Exo:
Programa:
Sub-Programa:

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALE DO TEJO
44-03) Dinamização Regional

$\Sigma EX / PR / EX / AP \cdot \Sigma EX / \Sigma PR - Ajustamento por Medidas / PR REAL$

De 98/01/01 a 98/12/31

E m 1000 x esc

Medidas	Custo Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias						Despesas Públicas						Sector Privado	Empréstimos Comunitários	
		Total	FEADER	FSE	FEQGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total	Orcamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomo	Regimes Autónomos	Empresas Públicas	Outras		
								9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16	17
1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 6	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16	17
Promoção da Actividade																
AP / PR	167,3%	167,3%	166,4%	166,4%	63,4%	63,4%	63,4%	170%	144,7%	79,5%	82,6%	124,2%	82,6%	126%	61,4%	
EX / PR	65,9%	65,9%	39,4%	39,4%	39,4%	39,4%	39,4%	67,5%	57,1%	15,6%	15,6%	15,6%	15,6%	15,6%	48,7%	
EX / AP	39,4%	39,4%	86,9%	86,9%	86,9%	86,9%	86,9%	87,0%	90%	111,2%	111,2%	111,2%	111,2%	111,2%	85,1%	
$\Sigma EX / \Sigma PR$	87,2%	87,2%														
Assistência Técnica																
AP / PR	193,3%	193,3%	184%	184%	80%	80%	80%	221,2%	91,1%	518,9%	46,3%	230,4%	44,6%	42,4%	302,7%	
EX / PR	84,7%	84,7%	43,8%	43,8%	43,4%	43,4%	43,4%	98,7%	44,6%	50,8%	72,7%	72,7%	72,7%	72,7%	42,2%	
EX / AP	43,8%	43,8%	94,9%	94,9%	93%	93%	93%	100,0%	100,0%	139,4%	139,4%	139,4%	139,4%	139,4%	106,3%	
$\Sigma EX / \Sigma TR$	94,9%	94,9%														
AP / PR	177,2%	177,2%	173,1%	173,1%	70,9%	70,9%	70,9%	189,5%	102,2%	601,5%	191,6%	53,8%	52,7%	31,8%	141,3%	
EX / PR	73%	73%	41,2%	41,2%	90,2%	90,2%	90,2%	79,3%	41,8%	75,8%	75,8%	75,8%	75,8%	75,8%	67,1%	
EX / AP	41,2%	41,2%	90,2%	90,2%				92,9%	92,9%	132,8%	132,8%	132,8%	132,8%	132,8%	47,5%	
$\Sigma EX / \Sigma TR$	90,2%	90,2%													88,7%	

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundos:
P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
Exo:
Programa:
44) LISBOA E VALE DO TEJO
Sub-Programa: 44-03) Dinamização Regional

$\Sigma EX / PR; EX / AP; \Sigma EX / \Sigma PR - Apuramento por Medidas / PR REAL$

Em 1000 x ou

Medidas	Custo Total	Despesas Públicas						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado	Empreários Comunitários
		Subvenções Comunitárias			Despesas Públcas			Orcamento Autárquias Locais	Fundos Autónomo	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras			
		Total Despesas Públicas	Total	FEDER	FSE	FEDEGA	IFOP								
1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 8	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16
Concessão da Actividade															
AP / PR	167,2%	167,2%	166,3%	166,3%	65,5%	65,5%	65,5%	170%	144,6%	794,5%	125,9%				
EX / PR	66%	66%	39,4%	39,4%	39,4%	39,4%	39,4%	67,6%	82,7%	124,2%	61,3%				
EX / AP	39,4%	39,4%	86,4%	86,4%	86,4%	86,4%	86,4%	39,7%	57,1%	15,6%	48,8%				
$\Sigma EX / \Sigma TR$	86,6%	86,6%						67,7%	89,5%	109,9%	84,6%				
Assistência Técnica															
AP / PR	193,4%	193,4%	184,1%	184,1%	80,2%	80,2%	80,2%	221,4%	91%	520,1%	302,3%				
EX / PR	84,9%	84,9%	43,8%	43,8%	43,8%	43,8%	43,8%	98,9%	46,4%	221,3%	128,1%				
EX / AP	43,8%	43,8%	94,3%	94,3%	92,4%	92,4%	92,4%	43,7%	50,9%	42,5%	42,3%				
$\Sigma EX / \Sigma TR$	94,3%	94,3%						99,0%	72,7%	137,4%	103%				
EX / PR; EX / AP; $\Sigma EX / \Sigma PR$ - Apuramento por Medidas / PR REAL															
AP / PR	177,2%	177,2%	173,1%	173,1%	71,1%	71,1%	71,1%	189,5%	102,1%	602,3%	141,3%				
EX / PR	73,2%	73,2%	41,3%	41,3%	41,3%	41,3%	41,3%	79,5%	53,9%	192,2%	67,2%				
EX / AP	41,3%	41,3%	89,6%	89,6%	88,7%	88,7%	88,7%	41,9%	52,8%	31,9%	47,6%				
$\Sigma EX / \Sigma TR$	89,6%	89,6%						92,3%	75,7%	131%	88,6%				

QUADROS

TAXAS DE REALIZAÇÃO FINANCEIRA ACUMULADA

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundos:
Exo:
Programa:

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALE DO TEJO

Alé 98/1231

Σ PR, EX / AP; Σ EX / Σ PR - Apuramento por Sub-Programas / PR REAL

Em 1000 x esc

h-Programas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias						Despesas Públicas						Sector Privado	Emprestimos Comunitários
			Total	FEDER	FSE	FEDEGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total	Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Reipubes Autónomas	Empresas Públicas		
									9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 6	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	17
= da Coesão do Territ. Reg. e balid. de Vida																
AP / PR	101,4%	101,4%	100,5%	100,5%	95,3%	95,3%	100,5%	100,5%	103,9%	935,5%	102,3%	510,2%	510,2%	510,2%	510,2%	510,2%
EX / PR	96,2%	96,2%	94,8%	94,8%	94,8%	94,8%	94,8%	94,8%	98,7%	768,1%	97,1%	510,2%	510,2%	510,2%	510,2%	510,2%
EX / AP	94,8%	94,8%	94,8%	94,8%	94,8%	94,8%	94,8%	94,8%	94,9%	82,9%	94,9%	100%	100%	100%	100%	100%
Σ EX / Σ PR	71,3%	71,3%	70,1%	70,1%	70,1%	70,1%	70,1%	70,1%	74,5%	768,1%	73,3%	510,2%	510,2%	510,2%	510,2%	510,2%
% de Desenvolvimento de géo Regional																
AP / PR	134,5%	134,5%	133,7%	133,7%	97%	97%	72,1%	72,1%	134,5%	136,7%	218,8%	126,7%	126,7%	126,7%	126,7%	126,7%
EX / PR	97%	97%	96,1%	96,1%	71,8%	71,8%	69,9%	69,9%	96,1%	95,2%	116,2%	95,2%	95,2%	95,2%	95,2%	95,2%
EX / AP	72,1%	72,1%	71,8%	71,8%	69,9%	69,9%	69,9%	69,9%	71,8%	53,1%	75,1%	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%
Σ EX / Σ PR	63%	63%	60,9%	60,9%	60,9%	60,9%	60,9%	60,9%	68,4%	68,4%	116,5%	62,2%	62,2%	62,2%	62,2%	62,2%
% da Região																
AP / PR	131,5%	131,5%	130%	130%	89,3%	89,3%	68,7%	68,7%	135,8%	101,8%	273,7%	88,7%	88,7%	88,7%	88,7%	88,7%
EX / PR	90,2%	90,2%	90,2%	90,2%	88,7%	88,7%	88,7%	88,7%	92,5%	75,8%	132,8%	73,1%	73,1%	73,1%	73,1%	73,1%
EX / AP	68,6%	68,6%	54,8%	54,8%	54,8%	54,8%	54,8%	54,8%	68,1%	74,5%	48,1%	100%	100%	100%	100%	100%
Σ EX / Σ PR	54,8%	54,8%							56,9%	40%	84,3%	56,9%	56,9%	56,9%	56,9%	56,9%
AP / PR	118,9%	118,9%	117,8%	117,8%	95,3%	95,3%	80,8%	80,8%	121,8%	194,6%	115,6%	537,5%	537,5%	537,5%	537,5%	537,5%
EX / PR	96,2%	96,2%	96,2%	96,2%	80,9%	80,9%	64,4%	64,4%	98,6%	110,9%	96,5%	107,3%	107,3%	107,3%	107,3%	107,3%
EX / AP	80,9%	80,9%	66%	66%					80,9%	56,9%	83,5%	100%	100%	100%	100%	100%
Σ EX / Σ PR	66%								70,1%	98,7%	67,7%	537,5%	537,5%	537,5%	537,5%	537,5%

Diracção-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundos:
Exo:
Programas:

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALE DO TEJO

$\zeta / PR, EX / AP; \sum EX / \sum PR - Apuramento por Sub-Programas / PR REAL$

Em 1000 x eeu

Sub-Programas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado	Empreendimentos Comunitários		
			FEADER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total	Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17	
o da Cotação do Term. Reg. e Infl. de Vida																		
AP / PR	101%	101%	100.1%	100.1%	99.8%	99.8%	99.8%	99.8%	101.5%	101.5%	101.5%	101.5%	101.5%	101.5%	101.5%	101.5%	101.5%	
EX / PR	95.6%	95.6%	94.8%	94.8%	94.6%	94.6%	94.6%	94.6%	98%	98%	98%	98%	98%	98%	98%	98%	98%	
EX / AP	94.6%	94.6%	94.6%	94.6%	94.6%	94.6%	94.6%	94.6%	94.7%	94.7%	94.7%	94.7%	94.7%	94.7%	94.7%	94.7%	94.7%	
$\Sigma EX / \Sigma PR$	71.3%	71.3%	70.1%	70.1%	70.1%	70.1%	70.1%	70.1%	74.5%	74.5%	74.5%	74.5%	74.5%	74.5%	74.5%	74.5%	74.5%	
s de Desenvolvimento de gic. Regional																		
AP / PR	133%	133%	132.4%	132.4%	132.3%	132.3%	132.3%	132.3%	134.6%	134.6%	134.6%	134.6%	134.6%	134.6%	134.6%	134.6%	134.6%	
EX / PR	96.2%	96.2%	95.9%	95.9%	95.8%	95.8%	95.8%	95.8%	99.5%	99.5%	99.5%	99.5%	99.5%	99.5%	99.5%	99.5%	99.5%	
EX / AP	72.3%	72.3%	72%	72%	72%	72%	72%	72%	73%	73%	73%	73%	73%	73%	73%	73%	73%	
$\Sigma EX / \Sigma PR$	63%	63%	61%	61%	61%	61%	61%	61%	68.2%	68.2%	68.2%	68.2%	68.2%	68.2%	68.2%	68.2%	68.2%	
nitaciaõ Regional																		
AP / PR	130.1%	130.1%	128.7%	128.7%	128.7%	128.7%	128.7%	128.7%	134.1%	134.1%	134.1%	134.1%	134.1%	134.1%	134.1%	134.1%	134.1%	
EX / PR	89.6%	89.6%	88.7%	88.7%	88.7%	88.7%	88.7%	88.7%	92.5%	92.5%	92.5%	92.5%	92.5%	92.5%	92.5%	92.5%	92.5%	
EX / AP	68.8%	68.8%	68.9%	68.9%	68.9%	68.9%	68.9%	68.9%	74.5%	74.5%	74.5%	74.5%	74.5%	74.5%	74.5%	74.5%	74.5%	
$\Sigma EX / \Sigma PR$	54.9%	54.9%	54.2%	54.2%	54.2%	54.2%	54.2%	54.2%	56.9%	56.9%	56.9%	56.9%	56.9%	56.9%	56.9%	56.9%	56.9%	
AP / PR	118%	118%	116.9%	116.9%	116.9%	116.9%	116.9%	116.9%	120.8%	120.8%	120.8%	120.8%	120.8%	120.8%	120.8%	120.8%	120.8%	
EX / PR	95.5%	95.5%	94.6%	94.6%	94.6%	94.6%	94.6%	94.6%	97.8%	97.8%	97.8%	97.8%	97.8%	97.8%	97.8%	97.8%	97.8%	
EX / AP	80.9%	80.9%	80.9%	80.9%	80.9%	80.9%	80.9%	80.9%	81%	81%	81%	81%	81%	81%	81%	81%	81%	
$\Sigma EX / \Sigma PR$	66%	66%	64.5%	64.5%	64.5%	64.5%	64.5%	64.5%	70.1%	70.1%	70.1%	70.1%	70.1%	70.1%	70.1%	70.1%	70.1%	

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

P.D.R.
P.R.: 4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL

Fixos:
Programa:

44) LISBOA E VALE DO TEJO
Sub-Programa: 44-01) Reforço da Coesão do Territ. Reg. e Melhoria da Qualid. de Vida

X / PR; EX / AP; Σ EX / Σ PR - Apuramento por Medidas / PR REAL

Até 98/12/31

Em 1000 x esc

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias						Despesas Públicas						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado	Empresários Comunitários
			FEADER	FSE	FEOGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total	Organismo de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regras Autónomas	Empresas PÚBLICAS	Obras	14	15	16	17				
			1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 8	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17			
em Metropolitana de Lisboa																						
AP / PR	100,5%	100,5%																				
EX / PR	97,9%	97,9%																				
EX / AP	97,3%	97,3%																				
Σ EX / Σ PR	70,5%	70,5%																				
% do Total																						
AP / PR	103,8%	103,8%																				
EX / PR	93,5%	93,5%																				
EX / AP	90%	90%																				
Σ EX / Σ PR	71,6%	71,6%																				
Este																						
AP / PR	99,4%	99,4%																				
EX / PR	97,5%	97,5%																				
EX / AP	98%	98%																				
Σ EX / Σ PR	72,1%	72,1%																				
AP / PR	101,4%	101,4%																				
EX / PR	96,2%	96,2%																				
EX / AP	94,8%	94,8%																				
Σ EX / Σ PR	71,3%	71,3%																				

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALLE DO TEJO
Sub-Programa: 44-02) Actões de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional

IX / PR; EX / AP; Σ EX / Σ PR - Apuramento por Medidas / PR REAL

Até 98/12/31

Em 1000 x esc

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas										Sector Privado	Empreendimentos Comunitários				
			Subvenções Comunitárias					Necessidade de Financiamento Público Nacional										
			FEDER	FSE	FEDEGA	IFOP	F. Cossão	Orcamento de Estado	Autorarquias Locais	Fundos Autónomos	Regressos Autónomos	Empresas Públicas	Outras					
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17	
Transportes e Acessibilidades																		
AP / PR	106,9%	106,9%	103,5%	103,5%	91,1%	91,1%	85,3%	85,3%	93,6%	93,6%	91,5%	90,2%	101,4%	145,7%	117,7%	117,7%	117,7%	
EX / PR	92,6%	92,6%	94,1%	94,1%	86,6%	86,6%	83,1%	83,1%	87,1%	87,1%	81,9%	81,9%	88,9%	80,8%	80,8%	80,8%	80,8%	80,8%
EX / AP	86,6%	86,6%	83,1%	83,1%	85,3%	85,3%	83,1%	83,1%	89,8%	89,8%	83,7%	83,7%	83,7%	83,7%	83,7%	83,7%	83,7%	83,7%
Σ EX / Σ TR	85,3%	85,3%																
Ambiente																		
AP / PR	167%	167%	163,5%	163,5%	102,1%	102,1%	62,2%	62,2%	103,5%	103,5%	177,2%	177,2%	315,6%	161,8%	230,7%	230,7%	230,7%	230,7%
EX / PR	103,3%	103,3%	61,8%	61,8%	61,8%	61,8%	49,9%	49,9%	63,5%	63,5%	102,8%	102,8%	102,8%	102,8%	102,8%	102,8%	102,8%	102,8%
EX / AP	61,8%	61,8%	50,5%	50,5%	50,5%	50,5%	49,9%	49,9%	53,5%	53,5%	102,8%	102,8%	102,8%	102,8%	102,8%	102,8%	102,8%	102,8%
Σ EX / Σ TR	50,5%	50,5%																
Equipamentos																		
AP / PR	137,2%	137,2%	137,1%	137,1%	92,7%	92,7%	67,9%	67,9%	96,9%	96,9%	137,4%	137,4%	142,1%	136,4%	137,8%	137,8%	137,8%	137,8%
EX / PR	93,8%	93,8%	68,4%	68,4%	55,3%	55,3%	53,6%	53,6%	67,9%	67,9%	70,5%	70,5%	78,7%	78,7%	94,2%	94,2%	97%	97%
EX / AP	68,4%	68,4%	55,3%	55,3%	55,3%	55,3%	53,6%	53,6%	53,6%	53,6%	59,8%	59,8%	59,8%	59,8%	69%	69%	70,4%	70,4%
Σ EX / Σ TR	55,3%	55,3%																
Indústria																		
AP / PR	134,5%	134,5%	133,7%	133,7%	97%	96,4%	71,1%	71,1%	136,2%	136,2%	218,8%	218,8%	126,7%	95,2%	156,6%	156,6%	156,6%	156,6%
EX / PR	97%	97%	72,1%	72,1%	63%	63%	60,9%	60,9%	99,2%	99,2%	116,2%	116,2%	120%	75,1%	120%	120%	120%	120%
EX / AP	72,1%	72,1%	63%	63%					72,8%	72,8%	53,1%	53,1%	76,6%	62,2%	76,6%	76,6%	76,6%	76,6%
Σ EX / Σ TR	63%	63%																

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundos:
Fixo:
Programa:
Sub-Programa:

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALE DO TEJO
44-02) Acções de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional

Ate 98/12/31

X / PR, EX / AP, Σ EX / Σ PR - Apuramento por Medidas / PR REAL

Em 1000 x eeu

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado	Empreendimentos Comunitários		
			Subvenções Comunitárias			Despesas Fiscais			Contribuição Nacional Total			Fundos Autónomos						
			Total	FEDER	FSE	FEoga	Ifop	F. Coesão	Orcamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras				
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17	
transportes e Acessibilidades																		
AP / PR	106,2%	106,2%	104,8%	104,8%	90,5%	86,2%	86,2%	82,7%	106,8%	153%	101%	128,6%	89,8%	81,9%	81,9%	142,4%	115,4%	
EX / PR	91,9%	91,9%	90,5%	90,5%	86,2%	86,2%	86,2%	82,7%	94,9%	87,2%	87,2%	88,9%	83,5%	83,5%	83,5%	81%	81%	
EX / AP	86,6%	86,6%	86,2%	86,2%	82,7%	82,7%	82,7%	82,7%	89,3%	129,5%	129,5%						115,4%	
Σ EX / Σ PR	84,9%	84,9%																
infraestr.																		
AP / PR	163%	163%	161,5%	161,5%	101,6%	62,8%	62,8%	50%	175%	311,6%	164,6%	102,1%	32,7%	32,7%	32,7%	223,9%	160,6%	
EX / PR	102,3%	102,3%	101,6%	101,6%	62,8%	62,8%	62,8%	50%	59,7%	59,7%	59,7%	102,1%	47,9%	47,9%	47,9%	71,7%	71,7%	
EX / AP	62%	62%	62,8%	62,8%	50%	50%	50%	50%	52,6%	52,6%	52,6%					160,6%	160,6%	
Σ EX / Σ PR	50,7%	50,7%																
equipamentos																		
AP / PR	135,8%	135,8%	135,8%	135,8%	91,9%	67,7%	67,7%	53,7%	135,8%	139,2%	109,5%	95,9%	78,6%	69,1%	69,1%	135,9%	96,1%	
EX / PR	93%	93%	93%	93%	68,5%	68,5%	68,5%	53,7%	91,9%	91,9%	70,6%	70,6%	59,8%	59,8%	59,8%	70,7%	60%	
EX / AP	68,5%	68,5%	68,5%	68,5%	53,7%	53,7%	53,7%	53,7%	73,3%	73,3%	73,3%	73,3%	54,6%	54,6%	54,6%			
Σ EX / Σ PR	55,3%	55,3%																
total																		
AP / PR	133%	133%	132,4%	132,4%	95,3%	72,3%	72,3%	61%	134,6%	214,4%	124,6%	94,6%	73,3%	53,3%	53,3%	153%	117,7%	
EX / PR	96,2%	96,2%	96,2%	96,2%	87,3%	72,3%	72,3%	61%	95,3%	114,4%	114,4%	94,6%	73,3%	73,3%	73,3%	76,9%	76,9%	
EX / AP	72,3%	72,3%	72,3%	72,3%	61%	61%	61%	61%	89,3%	114,8%	114,8%	114,8%	63,5%	63,5%	63,5%	103,6%	103,6%	
Σ EX / Σ PR	63%	63%																

Directório-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundos:
Eixo:
Programa:
Sub-Programa:
X / PR; EX / AP; Σ EX / Σ PR - Apuramento por Medidas / PR REAL

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALE DO TEJO
44-03) Dinamização Regional

Afe 98/1231

Em 1000 x esc

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias						Despesas Públicas						Sector Privado	Empreários Comunitários		
			Total	FEDER			FEOGA	IFOP	F Cotação	Contribuição Nacional Total	Orcamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomo	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras		
				FESE	DRS	SUB												
1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17		
VISÃO DA ACTIVIDADE																		
AP / PR	128%	128%	127.7%	127.7%	86.9%	86.9%	87.2%	129%	128.5%	129%	409.2%	109.8%						
EX / PR	87.2%	87.2%	86.9%	86.9%	68%	68%	68%	87.8%	90%	90%	111.2%	85.1%						
EX / AP	68%	68%	68%	68%	53%	53%	52.8%	68%	69.3%	69.3%	27.1%	77.5%						
Σ EX / Σ PR	53%	53%						53.4%	44.9%	44.9%	65.3%	52.8%						
ASSISTÊNCIA TÉCNICA																		
AP / PR	136.8%	136.8%	133.7%	133.7%	93%	93%	93%	145.9%	145.9%	145.9%	234.7%	137.6%						
EX / PR	94.9%	94.9%	69.6%	69.6%	69.4%	69.4%	69.6%	100.4%	100.4%	100.4%	72.7%	106.3%						
EX / AP	69.4%	69.4%	69.4%	69.4%	57.6%	57.6%	56.2%	68.8%	68.8%	68.8%	75.8%	77.3%						
Σ EX / Σ PR	57.6%	57.6%						61.8%	61.8%	61.8%	50.8%	81.6%						
DESPESAS PÚBLICAS																		
AP / PR	131.5%	131.5%	130%	130%	89.3%	89.3%	89.3%	135.8%	135.8%	135.8%	275.7%	114.5%						
EX / PR	90.2%	90.2%	68.6%	68.6%	68.6%	68.6%	68.6%	92.9%	92.9%	92.9%	132.8%	88.7%						
EX / AP	68.6%	68.6%	68.6%	68.6%	54.8%	54.8%	54.8%	68.4%	68.4%	68.4%	74.5%	77.4%						
Σ EX / Σ PR	54.8%	54.8%						56.8%	56.8%	56.8%	49%	56.8%						

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundos:
Lixo:
Programa:
Sub-Programa:

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALE DO TEJO
44-03) Diversificação Regional

X / PR, EX / AP, Σ EX / Σ PR - Apuramento por Medidas / PR REAL

Ate 98/12/31

Em 1000 x esc

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado	Empresas Comunitárias		
			Subvenções Comunitárias			Contribuição Nacional Total	Orcamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Empresas Públicas	Regiões Autónomas	Outras						
			Total	FEDER	FSE													
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17	
união da Actividade																		
AP / PR	126,6%	126,6%	126,3%	126,3%	86,4%	86,4%	86,4%	86,4%	127,6%	128%	412,6%	108,8%						
EX / PR	86,5%	86,6%	86,5%	86,5%	68,3%	68,3%	68,3%	68,3%	87,2%	89,5%	109,9%	84,6%						
EX / AP	68,3%	68,3%	68,3%	68,3%	53,1%	53,1%	53,1%	53,1%	68,1%	69,5%	27,2%	77,7%						
Σ EX / PR	53,1%	53,1%	52,9%	52,9%					53,6%	43%	65,1%	52,9%						
atividade Técnica																		
AP / PR	135,5%	135,5%	132,4%	132,4%	94,3%	92,4%	92,4%	92,4%	144,3%	95,7%	230,6%	135,6%						
EX / PR	94,3%	94,3%	69,5%	69,5%	69,5%	69,5%	69,5%	69,5%	99,6%	72,7%	137,4%	103%						
EX / AP	69,5%	69,5%	57,7%	57,7%	56,3%	56,3%	56,3%	56,3%	69%	75,9%	99,5%	77,4%						
Σ EX / PR	57,7%	57,7%							61,9%	39,2%	90,3%	81,2%						
apuração																		
AP / PR	130,1%	130,1%	128,7%	128,7%	89,6%	88,7%	88,7%	88,7%	134,3%	101,4%	270,7%	113,3%						
EX / PR	89,6%	89,6%	68,8%	68,8%	68,9%	68,9%	68,9%	68,9%	92,2%	75,5%	131%	88%						
EX / AP	68,8%	68,8%	54,9%	54,9%					68,6%	74,6%	48,3%	77,6%						
Σ EX / PR	54,9%	54,9%							56,9%	40,1%	83,9%	56,9%						

QUADROS

EXECUÇÃO FINANCEIRA POR SUB-PROGRAMA

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALLE DO TEJO

De 98/01/01 a 98/12/31

X - Apuramento por Sub-Programas / PR REAL

Fundos:
Fixo:
Programa:

Despesas Públicas

Necessidade de Financiamento Público Nacional

Sub-Programas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias						Contribuição Nacional Total	Orcamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras	Sector Privado	Empréstimos Comunitários		
			FEDER	FSE	FEODGA	IFOP	F. Coesão	9 = 10 + 15											
			Total																
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 8	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16	17		
apoio da Criação do Terceiro Reg. e Qualidade de Vida										2 762 799	23%								
PR	11 050 994	11 050 994	100%	8 238 193	74.9%	8 268 195	8 421 976	72.9%	3 133 933	27%	62 635	2 965 217					96 079		
AP	11 545 929	11 545 929	100%	8 421 976	72.9%	8 421 976	8 421 976	72.9%	2 560 847	27%	50 667	2 414 099					96 079		
EX	9 470 441	9 470 441	100%	6 909 594	72.9%	6 909 594													
apoio de Desenvolvimento Regional										2 602 847	24.9%	167 623	2 353 024					62 197	
PR	10 411 592	10 411 592	100%	7 808 744	73%	7 808 744	16 180 378	71.6%	16 180 378	6 406 018	23.3%	1 053 473	4 672 411					679 133	
AP	22 586 397	22 586 397	100%	16 180 378	71.6%	16 180 378	6 573 669	73.1%	6 573 669	2 417 173	26.8%	279 805	1 855 526					251 841	
EX	8 990 783	8 990 783	100%																
apoio Regional										455 215	24.9%	137 736	59 375					258 103	
PR	1 821 064	1 821 064	100%	1 365 849	75%	1 365 848	862 686	26.7%	862 686	361 424	27.1%	140 789	351 189					364 907	
AP	3 227 941	3 227 941	100%	2 365 054	73.2%	2 365 054	2 165 484	73.2%	2 165 484	361 424	27.1%	74 207	113 793					173 423	
EX	1 331 050	1 331 050	100%	969 626	72.8%	969 626													
										5 820 862	24.9%	305 362	5 075 199					340 300	
PR	23 283 631	23 283 631	100%	17 462 785	75%	17 462 785	26 967 409	72.1%	26 967 409	10 392 856	21.5%	1 256 918	7 995 816					1 044 041	
AP	37 366 268	37 366 268	100%							5 339 444	24.9%	404 680	4 393 419					435 264	
EX	19 792 275	19 792 275	100%	14 452 830	73%	14 452 830													

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundos:
F.R.
F.R.
Programa:
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL.
44) LISBOA E VALE DO TEJO

€ - Apuramento por Sub-Programas / PR REAL

Em 1000 x ecu

Sub-Programas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado	Empreários Comunitários	
			Subvenções Comunitárias						Despesas Autárquicas Locais								
			Total	FEDER	FSE	FEUGA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total	Orcamento de Estado	Auxiliares Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras		
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 8	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17
<i>apoio da Coesão do Territ. Reg. e Qualid. de Vida</i>																	
PR	54 719	54 719	100%	41 019	71,9%	41 039										13 680	473
AP	57 144	57 144	100%	41 683	72,9%	41 683										14 676	476
EX	46 946	46 946	100%	34 251	72,9%	34 251										11 966	
<i>apoio de Desenvolvimento de Foco Regional</i>																	
PR	51 553	51 553	100%	38 665	75%	38 665										11 631	407
AP	111 796	111 796	100%	80 089	71,5%	80 089										31 128	3 361
EX	44 613	44 613	100%	32 618	73,4%	32 618										9 204	1 401
<i>união Regional</i>																	
PR	9 017	9 017	100%	6 763	74%	6 763										294	1 278
AP	15 982	15 982	100%	11 769	73,2%	11 769										696	1 805
EX	6 602	6 602	100%	4 809	72,9%	4 809										565	860
PR	115 289	115 289	100%	86 467	75%	86 467										25 625	1 685
AP	184 923	184 923	100%	133 482	72,1%	133 482										39 575	5 166
EX	98 162	98 162	100%	71 679	73%	71 679										21 737	476

QUADROS

**EXECUÇÃO FINANCEIRA DE CADA SUB-PROGRAMA,
POR MEDIDA**

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundo:

Eixo:

Programa:

Sub-Programa:

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALE DO TEJO
44-01) Reforço da Coesão do Territ. Reg. e Melhoria da Qualid. de Vida

IX - Apuramento por Medidas / PR REAL

De 98/01/01 a 98/12/31

Em 1000 € euc

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Comunitárias						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado	Empresas Comunitárias	
			FEIJER	FSE	FEI/CA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total	Organismo Autárquico Local	Fundos Autónomos	Região Autónoma	Empresas Públicas	Outras				
1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 8	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16	17	
Área Metropolitana de Lisboa																	
PR	4 597 596	1 00%	3 448 247	75%	3 448 247				1 149 348	24,9%	1 149 348						
AP	4 589 721	1 00%	3 313 703	72,1%	3 313 703				1 276 068	27,8%	1 276 068						
EX	4 213 332	1 00%	4 213 232		3 056 119	72,5%	3 056 119		1 157 112	27,4%	1 157 112						
Vale do Tejo																	
PR	3 764 515	1 00%	2 823 386	75%	2 823 386				944 128	21%	944 128						
AP	4 151 941	1 00%	3 017 636	72,9%	3 017 636				1 024 314	27%	1 024 314						
EX	2 837 301	1 00%	2 101 316	71,5%	2 101 316				735 964	16,4%	735 964						
Uteile																	
PR	2 648 084,2	1 00%	2 016 560	74,9%	2 016 560				672 321	25%	672 321						
AP	2 608 216	1 00%	2 084 216	1 00%	2 084 216				723 370	25,8%	723 370						
EX	2 399 907	1 00%	2 369 907		1 752 138	73%	1 752 138		647 769	16,4%	647 769						
PR	11 050 994	1 00%	\$ 288 195	74,9%	\$ 288 195				2 762 799	25%	2 762 799						
AP	11 545 929	1 00%	\$ 421 976	72,9%	\$ 421 976				3 123 953	27%	3 123 953						
EX	9 470 441	1 00%	6 989 584	72,9%	6 989 584				2 360 847	27%	2 360 847						

Directr^o-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundo:
Eixo:
Programa:
Sub-Programa:

EX - Apuramento por Medidas / PR REAL

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias						Despesas Públicas						Sector Privado	Empréstimos Comunitários
			Total	FEIJER	FSE	FEUCA	IFOP	F. Cesaú	Contribuição Nacional Total	Orcamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autárquicos	Regiões Autárquicas	Empresas Públicas	Outras	
1 = 2 + 18	2 = 3 + 9	3 = 4 + 8	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16	17
Área Metropolitana de Lisboa																
PR	22 765	22 765	17 074	17 074	17 074	17 074										
AP	22 713	22 713	16 398	16 398	16 398	16 398										
EX	20 876	20 876	15 142	15 142	15 142	15 142										
Vale do Tejo																
PR	18 640	18 640	13 990	13 990	13 990	13 990										
AP	20 519	20 519	14 977	14 977	14 977	14 977										
EX	14 160	14 160	10 413	10 413	10 413	10 413										
Centro																
PR	13 314	13 314	9 985	9 985	9 985	9 985										
AP	13 892	13 892	10 307	10 307	10 307	10 307										
EX	11 909	11 909	8 655	8 655	8 655	8 655										
Alentejo																
PR	54 719	54 719	41 098	41 098	41 098	41 098										
AP	57 144	57 144	41 689	41 689	41 689	41 689										
EX	46 946	46 946	34 231	34 231	34 231	34 231										

De 08/01/01 a 08/12/01

Em 1000 € ou

Directrçao-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundos:

Eixo:

Programa:

Sub-Programa:

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL.
44) LISBOA E VALE DO TEJO

44-02) Acções de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional

EX - Apuramento por Medidas / PR REAL

De 08/01/01 a 08/12/01

Em 1000 x esc

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado	Empreários Comunitários	
			Subvenções Comunitárias			Contribuição Nacional Total			Orçamento Autárquias Locais	Fundos Autónomos	Régimes Autónomos	Empresas Públicas	Obras				
			Total	FEDER	FSE	FEAGA	IFOP	F. Coesão									
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 a 6	4	5	6	7	8	9 = 10 a 15	10	11	12	13	14	15	16	17
Transportes e Accesibilidade																	
PR	3 762 698	3 762 698 100%	2 821 973 74,9%	2 821 973						940 725 2,5%	940 725						
AP	4 820 146	4 820 146 100%	3 345 062 69,8%	3 345 062						1 433 064 30,1%	179 562	977 403				298 117	
EX	2 118 024	2 118 024 100%	1 682 631 77,5%	1 682 631						615 373 22,4%	91 064	413 440				108 868	
Ambiente																	
PR	4 917 499	4 917 499 100%	3 608 173 75%	3 608 173						1 319 324 14,9%	163 394	1 065 919					
AP	14 434 176	14 434 176 100%	10 370 915 71,4%	10 370 915						4 067 440 18,1%	610 503	3 049 490				207 647	
EX	5 254 131	5 254 131 100%	3 833 203 71,3%	3 833 203						1 400 917 26,6%	169 653	1 130 454				100 798	
Equipamentos cívicos																	
PR	1 731 394	1 731 394 100%	1 298 596 75%	1 298 596						432 798 14,9%	4 241	346 359				82 197	
AP	3 527 874	3 527 874 100%	2 444 380 71,4%	2 444 380						683 493 16,5%	63 607	646 318				173 368	
EX	1 418 626	1 418 626 100%	1 037 734 73,1%	1 037 734						380 872 16,5%	19 076	259 631				72 174	
EX - Apuramento por Medidas / PR REAL																	
PR	10 411 592	10 411 592 100%	7 806 744 75%	7 806 744						2 692 847 24,9%	167 025	2 353 034				82 197	
AP	22 586 397	22 586 397 100%	16 180 378 71,6%	16 180 378						6 406 018 28,3%	4 673 411	679 133				679 133	
EX	8 990 783	8 990 783 100%	6 573 659 73,1%	6 573 659						2 417 173 26,8%	279 805	1 855 526				281 841	

Directório-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundo:
Elxo:
Programa:
Sub-Programa:

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALE DO TEJO
44-02) Acções de Desenvolvimento de Valor Estratégico Regional

IX - Apuramento por Medidas / PR REAL

De 08/01/01 a 08/12/01

Em 1000 x eeu

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Subvenções Comunitárias						Despesas Públicas						Sector Privado	Empreários Comunitários		
			FEIJER	FSE	FEIXA	IFOP	F. Coesão	Contribuição Nacional Total	Orcamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regimes Autónomos	Fundos Públicas	Outras				
1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 6	4	5	6	7	8	9 = 10 + 16	10	11	12	13	14	15	16	17		
Transportes e Accesibilidades																		
PR	18 631	100%	13 971	74,9%	1 3 471													
AP	23 853	100%	16 632	69,8%	16 652													
EX	11 497	100%	8 345	72,5%	8 345													
Ambiente																		
PR	24 349	100%	18 262	73%	14 262													
AP	71 474	100%	51 340	71,8%	51 340													
EX	26 085	100%	19 130	73,1%	19 130													
Equipamentos																		
PR	8 571	100%	6 470	73%	6 430													
AP	16 446	100%	12 046	73,4%	12 046													
EX	7 010	100%	5 142	73,1%	5 142													
Indústria																		
PR	51 553	100%	38 465	75%	38 465													
AP	111 796	100%	80 049	71,6%	80 049													
EX	44 613	100%	32 618	71,1%	32 618													
Total																		
PR	18 511																	
AP	111 796																	
EX	44 613																	

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundos:
Eixo:
Programa:
Sub-Programa:

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALE DO TEJO
44-03) Dinamização Regional

EX - Apuramento por Medidas / PR REAL

De 01/01 a 08/12/2011

Em 1000 x esc

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado	Empresas Comunitárias		
			Subvenções Comunitárias			Crédito Nacional Total			Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autárquicos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Outras				
			Total	FEI/IR	FSI	FEUGA	IFCP	F. Coesão										
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 6	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16	17	
Promoção da Actividade																		
PN	1 127 941	1 127 941	100%	846 036	75%	846 036	1 408 028	74,5%	281 934	24,9%	28 476	17 772				215 646		
AJ ^a	1 487 573	1 487 573	100%	1 408 028	74,5%	1 408 028	533 540	74,4%	479 544	35,4%	41 221	141 292				297 030		
EX	743 908	743 908	100%	533 540	74,4%	533 540			190 347	23,5%	23 343	22 073				144 726		
Assistência Técnica																		
PR	693 121	693 121	100%	519 842	75%	519 842	937 025	71,4%	173 280	25%	109 259	41 601				22 417		
AP	1 340 367	1 340 367	100%	937 025	71,4%	937 025	416 065	70,8%	383 341	28,5%	99 567	215 896				67 877		
EX	587 142	587 142	100%	416 065	70,8%	416 065			171 076	29,1%	50 662	91 917				28 696		
PN	1 821 064	1 821 064	100%	1 365 848	75%	1 365 848	2 365 034	71,3%	455 215	24,9%	137 736	59 375				258 103		
AP	3 227 941	3 227 941	100%	2 365 034	71,3%	2 365 034	2 165 059	70,9%	862 886	26,7%	140 789	351 189				364 907		
EX	1 331 050	1 331 050	100%	969 636	71,3%	969 636	969 636	71,3%	361 424	27,1%	74 207	113 793				173 423		

Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional

Fundo:
Eixo:
Programa:
Sub-Programa:

P.D.R.
4) FORTALECER A BASE ECONOMICA REGIONAL
44) LISBOA E VALE DO TEJO
44-03) Dinamização Regional

EX - Apuramento por Medidas / PR REAL

De 08/01/01 a 08/12/01
Em 1000 € ou

Medidas	Custo Total	Total Despesas Públicas	Despesas Públicas						Necessidade de Financiamento Público Nacional						Sector Privado	Empreendimentos Comunitários		
			Subvenções Comunitárias			Contribuição Nacional Total	Orçamento de Estado	Autarquias Locais	Fundos Autónomos	Regiões Autónomas	Empresas Públicas	Obras	Outras					
			Total	FEIJER	FSE													
	1 = 2 + 16	2 = 3 + 9	3 = 4 + 6	4	5	6	7	8	9 = 10 + 15	10	11	12	13	14	15	16	17	
Proteção da Actividade																		
PR	5 585	5 585 100%	4 189	75%	4 189	100%	1 396 24,9%	141	88	1 396	24,9%	2 371 21,4%	203	699	1 167	1 470	717	
AP	9 342	9 342 100%	6 948	74,5%	6 948	100%	2 371 21,4%	2 371 21,4%	203	943 21,5%	943 21,5%	116	109					
EX	3 688	3 688 100%	2 744	74,4%	2 744	100%												
Auxílio à Técnica																		
PR	1 412	3 412 100%	2 574	73%	2 574	100%	858	23%	541	206	541	206	1 899 24,6%	492	1 071	111	315	
AP	6 640	6 640 100%	4 740	71,1%	4 740	100%	2 419 29,1%	2 419 29,1%	2 419 29,1%	251	415	415						
EX	2 913	2 913 100%	2 044	70,8%	2 044	100%												
EX - Apuramento por Medidas / PR REAL																		
PR	9 017	9 017 100%	6 763	75%	6 763	100%	2 334 24,9%	682	294	2 334 24,9%	4 273 26,7%	4 273 26,7%	696	1 770	1 278	1 803	860	
AP	15 982	15 982 100%	11 799	71,2%	11 799	100%	1 793 27,1%	1 793 27,1%	1 793 27,1%	367	565	565						
EX	6 682	6 682 100%	4 909	71,8%	4 909	100%												

QUADROS

PROJECTOS APROVADOS

UB	MEDIDA	DESIGNAÇÃO DO PROJECTO	EXECUTOR	INVESTIMENTO	COFINANCIAM.	INVESTIMENTO
				TOTAL (€sc)	COMUNITÁRIO (€sc)	ELEGÍVEL (€sc)
14-01-03	Reabilitação e Reedição do Parque de Campismo da Praia de Areia Branca - 2ª Fase	CALOURNAH		120 000 000	90 000 000	597 271
	Antiga Fábrica Chemins - Adequação para Instalações Desportivas	CM ALÈNOEUR		100 000 000	50 000 000	447 653
	Recuperação Urbana e Paisagística do Centro da Vila de Lourenhã	CM LOURENHA		140 000 000	105 000 000	249 396
	E.T.R. de Ole	CM ALÈNOEUR		75 000 000	56 250 000	522 903
	Construção de Estradas e Caminhos Municipais - 3ª Fase	CM AVINHOS		55 250 000	41 437 500	280 573
	Infraestruturação de Áreas e Loteamentos Industriais	CM A VINHOS		50 000 000	37 500 000	206 455
	Amplojamento da Rede de Saneamento	CM T VEDRAS		144 270 000	108 292 500	248 496
	Ampliação e Beneficiamento da rede Viária - 2ª Fase	CM S.M.AGRICÓ		56 084 000	41 313 000	186 374
	Construção e Reabilitação da Malha Urbana do Concelho Rua Viária Municipal - 3ª Fase	CM S.M.AGRICÓ		50 000 000	37 500 000	186 374
	Rua Viária Municipal - 3ª Fase	CM T VEDRAS		98 327 000	73 745 250	366 136
	Rua Viária Municipal - 5ª Fase	CM T VEDRAS		59 930 000	58 930 000	297 547
	Reabilitação da Rete Viária Municipal - 4ª Fase	CM ALÈNOEUR		89 565 000	89 565 000	444 686
	C.M. 1103 - Adega Gavinhel/Freital	CM ALÈNOEUR		106 569 000	106 568 000	539 538
	Reforço do Abast. de água à rede e subsector odd.-lgs. nos funs j15 e j17	CM ALÈNOEUR		71 000 000	71 000 000	205 115
	Construção da Piscina Municipal de Alcochete	CM ALCOBACA		105 000 000	105 000 000	326 367
	Abastecimento de água à Albarria/reforço de Canais e outras pequenas nucleos	CM ALCOBACA		352 782 600	264 571 850	1 346 256
	Abastecimento de água à Escola 1 2 3 de Abrigada	CM ALÈNOEUR		52 500 000	52 500 000	200 884
	Conselho das Piscinas Municipais	CM CADAVAL		63 000 000	63 000 000	241 291
	Parque de lazer da Mata da Misericórdia - 2ª E 3ª FASES	CM T VEDRAS		100 000 000	100 000 000	306 707
	Abastecimento de água à freguesia de S. Pedro da Cadeira	CM C RAINHA		130 450 000	130 450 000	364 049
	Circular de Caldas da Rainha-Tropo do Bairro das Morenas, armam.Sair do Porto	CM ALÈNOEUR		156 100 000	156 100 000	355 976
	Arranjos envolventes Escola 1 2 3 do Carmeado	CM ALÈNOEUR		153 000 000	153 000 000	362 997
	Abastecimento de água S. Domingos Carmeado, Carmoq. Cox	CM T VEDRAS		52 500 000	52 500 000	492 697
	Conselho das Obras de passegem interior	CM T VEDRAS		116 130 000	116 130 000	343 168
	Sistema studor de Penede/Campelo - 2ª Fase	CM S.M.AGRICÓ		27 292 374	26 464 501	101 367
	Sistema de Gás a Semira, Guim. Limões e Morelos	CM ALÈNOEUR		54 850 000	54 850 000	209 715
	Abast. de Água e Lourcinha, Ofiripa, Católica, Figueiredo e Mafamida	CM CADAVAL		68 523 000	68 523 000	260 566
	Condicionamento da Biblioteca Municipal	CM ALÈNOEUR		72 250 000	72 250 000	201 132
	Reforço do abast. de água à zona Nordeste do concelho do Bombarral	CM BOMBARRAL		110 000 000	110 000 000	375 901
	Beneficiário do C.M. 1404 e EM 560 (Casal Vale - Granade)	CM PENCHE		123 200 000	99 920 000	559 926
	Abast. de Água a Sendeira, Azhaga, Costa D'Água e Samira	CM T VEDRAS		130 663 000	97 937 250	404 196
	Renovação da Rete Viária do Concelho - 1ª Fase	CM CADAVAL		50 000 000	50 000 000	190 875
	Alargamento de Pontes Junto aos Silos e Câmara Complementares	CM C RAINHA		106 057 000	106 057 000	325 007
	Reforço do abastecimento de água e rede de esgotos no concelho	CM CADAVAL		140 000 000	105 000 000	535 199
	Infraestruturas Escolares	CM C RAINHA		110 000 000	82 000 000	561 246
	Zona Industrial 3ª Fase	CM CADAVAL		130 000 000	97 500 000	494 816
	Banet. e Reabilitação de E.M. 584 de EN6 ao limite do conc. por Usseira	CM OSIDOS		80 183 000	60 137 250	406 005
	Complexo Desportivo de Óbidos - 1ª Fase	CM OSIDOS		85 000 000	63 750 000	433 483
	Acessos em Alojaria de Óbidos	CM OSIDOS		165 000 000	155 000 000	325 007
	Armaturas de Cidade - 1ª Fase	CM PENCHE		116 250 000	116 250 000	581 997
	Armaturas de Estradas na Zona do Abalo	CM CADAVAL		54 000 000	54 000 000	206 258
	Armaturas de Estradas na freguesia de São Quintino	CM BOMBARRAL		62 652 600	52 185 499	242 553 000
	Benel. da rede viária na freg. de Sobral de Monte Agraço	CM CADAVAL		60 000 000	60 000 000	247 090
	Arranjos urbanísticos do concelho do Cadaval	CM PENCHE		55 000 000	55 000 000	227 804
	Melhoria da qualidade do ambiente e valorização de espécies públicas no conc.	CM AVINHOS		70 000 000	50 000 000	207 863
	Conselho e Infraestruturas na Zona do Abalo	CM NAZARE		93 000 000	93 000 000	285 276
	Conselho e Beneficiamento da Rete Viária Municipal - Fase 1	CM NAZARE		242 553 000	161 914 750	1 228 144
	Conselho e Beneficiamento da Rete Viária Municipal - Fase 1	CM BOMBARRAL		68 000 000	49 500 000	921 108
	Conselho e Infraestruturas na Zona do Abalo	CM PENCHE		50 000 000	50 000 000	329 454
	Conselho e remodelação da Estrada de S. João de Areias	CM AVINHOS		140 809 000	120 768 000	615 503
	Conselho e remodelação da Estrada de S. João de Areias	CM NAZARE		91 000 000	91 000 000	454 474
	Sistema Integrado do Saneamento da Bacia Hidrográfica do Arousa	CM OSIDOS		84 000 000	84 000 000	340 855
	Banetização/Concessão de E.M. 573 Amoreira e Variante do Vau	CM C RAINHA		280 000 000	280 000 000	321 301
	Sanearimento Básico no Concelho de Caldas da Rainha	CM T VEDRAS		91 784 000	91 784 000	1 405 304
	Rua Viária Municipal - 1ª Fase	CM ALÈNOEUR		80 000 000	80 000 000	351 978
	Fórum Promotor - Centro de apoio às actividades económicas - 2ª Fase	CM NAZARE		84 000 000	84 000 000	299 905
	Ampliação e renovação da rede de águas no concelho de Nazaré (continuação)	CM NAZARE		84 000 000	84 000 000	423 362

